



Departamento Intersindical
de Assessoria Parlamentar

Perfil, Propostas e Perspectivas do Governo Lula



Série Estudos Políticos - Ano III
Brasília-DF - Fevereiro de 2003

Série *Estudos Políticos* é uma publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, fevereiro de 2003.

Ficha Técnica

Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

Coordenação-Geral e Análise

Antônio Augusto de Queiroz

Coordenação Editorial e Revisão

Maria Lúcia de Santana Braga

Viviane Sena

Colaboração

Ana Paula Volpe

André Luis dos Santos

Alysson de Sá Alves

Geralda Fernandes

Marcos Verlaine da Silva Pinto

Vera Cecília Dantas Mota

Editoração Eletrônica e Capa

F4 Comunicação

Fone: (61) 321-8200

Foto Capa

Julio Fernandes/Ag.Fulltime

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.
Solicita-se envio de exemplar ou cópia para os editores.

Edição III, Ano III, 2003

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP
SBS Ed. Seguradoras – Salas 301 a 307 – Brasília/DF
Fones: (61) 225-9704/9744 – Fax (61) 225-9150

Página: www.diap.org.br - Endereço Eletrônico: diap@diap.org.br

O QUE É O DIAP

O DIAP é o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, fundado em 19 de dezembro de 1983, para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional, com vistas à institucionalização e transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais do movimento sindical.

O QUE FAZ

- Monitora a tramitação legislativa de emendas constitucionais, projetos de lei, substitutivos, emendas, pareceres, requerimentos de informação e os discursos parlamentares de interesse da sociedade em geral e dos trabalhadores em particular;
- Presta informações sobre o andamento e possíveis desdobramentos das matérias monitoradas por intermédio de relatórios e demais veículos de comunicação do DIAP, notadamente a Agência, o Boletim e o Jornal;
- Elabora pareceres, projetos, estudos e outros documentos para as entidades filiadas;
- Identifica, desde a eleição, quem são os parlamentares eleitos, de onde vêm, quais são seus redutos eleitorais, quem os financia, e elabora seu perfil político;
- Promove pesquisa de opinião com o objetivo de antecipar o pensamento do Congresso em relação às matérias de interesse dos trabalhadores;
- Organiza base de dados com resultados de votações;
- Produz artigos de análise política, edita estudos técnicos, políticos e realiza eventos de interesse do movimento social organizado.
- Mapeia os atores-chave do processo decisório no Congresso Nacional;
- Fornece os contatos atualizados das autoridades dos Três Poderes;
- Monta estratégias com vistas à aprovação de matérias de interesse das entidades sindicais;

COMO É ESTRUTURADO

O comando político-sindical do DIAP é exercido pelas entidades filiadas, que constituem a Assembleia Geral, e se reúnem periodicamente na forma estatutária. A sua Diretoria, por igual, é constituída por dirigentes sindicais.

Operacionalmente, o DIAP possui em sua estrutura uma Diretoria Técnica, recrutada em seu quadro funcional, que atua junto à Diretoria Executiva, cujas funções consistem em coordenar as reuniões de técnicos e consultores, emitir pareceres, monitorar projetos, atuar junto aos parlamentares e assessorar as entidades sindicais.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Os princípios fundamentais em que se baseia o trabalho do DIAP são:

- decisões democráticas;
- atuação suprapartidária;
- conhecimento técnico;
- atuação como instrumento dos trabalhadores em matérias consensuais no movimento sindical, que representem o seu pensamento majoritário.

Conselho Diretor do DIAP

Presidente

Celso Napolitano (SINPRO/SP)

Vice-Presidentes

José Gabriel Teixeira dos Santos (CNTI)

Francílio Pinto Paes Leme (SINPRO/RIO)

João Batista da Silveira (SAAE/MG)

Elles Carneiro Pereira (SAAE/RJ)

Lúcio Flávio Costa (Fed. Bras. Adm)

Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF/DF)

Suplente

José Carlos Perret Schulte (CNTC)

Secretário

Izac Antonio de Oliveira (FITEE/MG)

Suplente

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Tesoureiro

José Paulo Goulart (CNTS) licenciado

Suplente

Francisco Vieira da Silva (SINDAF/DF) em exercício

Diretor Técnico

Ulisses Riedel de Resende

Conselho Fiscal

Efetivos

Jânio Pereira Barbosa (SENGE/DF)

Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos/SP)

Vladimir Nepomuceno (CNTSS)

Suplentes

Antônio Augusto Fonseca Garcia (SINDSAÚDE/DF)

Wellington Teixeira Gomes (FITEE/MG)

José Aquiles de Almeida (CNTEEC)

Apresentação

É com enorme satisfação que o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP lança a publicação *Perfil, Propostas e Perspectivas do Governo Lula* da série *Estudos Políticos*, na qual antecipa os desafios estruturais, a agenda oficial e o discurso de sustentação, a estratégia para aprovação das reformas no Congresso e, principalmente, os operadores políticos do novo governo.

Com essa publicação, a equipe do DIAP faz um amplo diagnóstico e um bom prognóstico sobre o Governo Lula, oferecendo à sociedade em geral e às lideranças sindicais em particular um material de referência sobre os interesses, desafios e prioridades do novo governo.

Além de oferecer um prognóstico sobre o novo governo, o objetivo é evidenciar a existência de disputa sobre o conteúdo da agenda governamental e despertar o movimento social para a importância de atuar nesse processo para que prevaleça o programa sufragado nas urnas e não apenas as reformas defendidas pelo mercado e agentes financeiros.

O DIAP, da mesma forma como registra com isenção a esperança e confiança no novo governo sufragadas pelas urnas, não terá nenhuma dificuldade em criticar e até denunciar eventuais comportamentos, atitudes e iniciativas governamentais que contrariem o interesse nacional, o interesse da sociedade, em geral, e dos assalariados, em particular.

A pesquisa que resultou nesta publicação – escrita em linguagem clara pelo jornalista, analista político e Diretor de Documentação do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz – teve a supervisão de Ulisses Riedel de Resende, Diretor-Técnico, e a coordenação editorial das assessoras do DIAP Maria Lúcia de Santana Braga e Viviane Sena.

Por último, registro que desde 1995, no primeiro governo de FHC, o DIAP vem editando publicações com perfil, propostas e perspectivas dos governos, antes sob a forma de boletim especial, e agora com o status de publicação específica, dentro da série *Estudos Políticos*. Com o novo formato propiciamos uma melhor apresentação gráfica, maior durabilidade da publicação e conforto no manuseio. Boa leitura!

Brasília-DF, fevereiro de 2003.

Celso Napolitano
Presidente do DIAP

Agradecimentos

À equipe que trabalhou e colaborou com este livro, desde a pesquisa dos dados, a organização e sistematização até a revisão e editoração.

Aos colegas do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz, analista político e Diretor de Documentação, Geralda Fernandes, editora do Jornal do DIAP, Maria Lúcia de Santana Braga e Viviane Sena, assessoras, Marcos Verlaine da Silva Pinto e Alysson de Sá Alves, assistentes parlamentares, André Luis dos Santos e Iva Cristina de Sant'Ana de Almeida, da equipe administrativa, Eduardo Morici Gonçalves e Robson Lopes Graça, da equipe de informática, e a estagiária Ana Paula Volpe, pelo empenho e profissionalismo demonstrados.

Às entidades que incentivaram e apoiaram esta publicação, especialmente a ANABB, ANFIP, ANPPREV, COBAP, CONDSEF, CSPB, FENAFISCO, FENAFISP, FEPESP, SINAIT, SINDTTEN, SINDILEGIS, SINPROFAZ, UNACON e UNAFISCO.

Às profissionais Fernanda Medeiros da Costa e Vera Cecília Dantas Mota pela preciosa consultoria para edição do material. A primeira pela criação da capa, programação visual e formatação do texto e a segunda pela criteriosa revisão.

Finalmente, um agradecimento especial ao nosso Superintendente, companheiro Epaminondas Lino de Jesus, pelo incentivo e apoio ao trabalho da equipe do DIAP, bem como pela contribuição e dedicação na busca dos meios para viabilização desta publicação.

Brasília-DF, fevereiro de 2003

Celso Napolitano

Presidente

Ulisses Riedel de Resende

Diretor Técnico

Índice

Introdução	9
Novo Congresso	10
Governo e Servidor	11
Política Pública e Ciclo Orçamentário	12
Desafios Estruturais do Presidente	14
Critério para Escolha da Equipe	17
Perfil Político e Socioeconômico da Equipe	17
Núcleos e Operadores Estruturantes	18
Agenda de Reformas	19
Estratégias e Táticas para Aprovação da Agenda	24
Discurso de Sustentação das Reformas	26
Condutores da Agenda Governamental no Congresso	27
Debatedores das Reformas – Situação e Oposição	29
Base Parlamentar	32
Obstáculos ao Processo Decisório no Congresso	33
Condições para o Êxito	33
Perspectivas e Desafios do Governo Lula	34

Anexos

I – Quem é Quem no Governo Lula	35
II – Para falar com o Governo	49

I - Introdução

A eleição e a posse de Luiz Inácio Lula da Silva para o exercício das relevantes funções de Chefe de Governo e de Chefe de Estado inauguraram um novo ciclo na política nacional, simbolizado pela transmissão da faixa entre dois presidentes eleitos pelo voto popular.

O fato de alguém com a trajetória de Lula – retirante nordestino, vítima da seca, forjado na luta sindical contra a ditadura militar e as injustiças sociais – chegar à Presidência da República pela via eleitoral, além da mudança de projeto e estilo de governo, é uma demonstração cabal do amadurecimento da democracia e da prática do regime republicano no Brasil.

Eleito sob o signo da renovação ética, o novo governo é depositário da esperança e da confiança do povo brasileiro. Esperança de que o *status quo* mudará para melhor e confiança de que o presidente e sua equipe serão capazes de transformar em realidade o desejo de mudança sufragado nas urnas.

Lula recebeu de FHC um País com uma pesada herança: grande dívida interna e externa; compromissos internacionais, inclusive com metas fiscais de superávit primário; despesas permanentes e receitas provisórias; leis que engessam os gastos sociais; enorme dívida social; e muitas demandas reprimidas, especialmente de servidores públicos.

O presidente já demonstrou ter consciência de que os desafios são enormes e que a margem de manobra para melhorar as condições do país são mínimas neste primeiro ano, tanto que em seu pronunciamento de posse antecipou que a mudança será um processo gradativo e continuado e não um simples ato de vontade nem tampouco um arroubo de voluntarismo.

Com base nessa convicção, o governo decidiu que o processo de transformação passa pela boa condução das três prioridades macro, que considera indispensável ao equilíbrio das contas públicas, à redução da taxa de juros, à diminuição da dependência financeira interna e externa e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico e progresso social: i) defesa da estabilidade e enfrentamento sem trégua à inflação; ii) geração de emprego e combate à pobreza e à fome; e iii) melhoria do padrão ético na gestão da

coisa pública, com punição à corrupção e à sonegação fiscal.

Para atingir tais objetivos, além de outras políticas públicas, o governo do presidente Lula, tal como o do seu antecessor, também pretende dar prioridade à realização de reformas, inclusive impopulares, sobre as quais ainda não há consenso em relação a seu conteúdo, como: a) previdenciária, b) tributária, c) trabalhista, e d) política. A aprovação dessas reformas, que depende do Congresso, não será uma tarefa fácil.

Já pensando na necessidade de maioria qualificada no Congresso, o presidente fez a opção política de formar um governo de centro-esquerda, hegemonizado por petistas moderados. Essa decisão política joga para a oposição os partidos de direita e centro-direita e induz os partidos de centro e de perfil social-democrata, como o PMDB e o PSDB, a optarem por uma política de apoio condicionado ou aliarem-se às forças retrógradas no espectro político nacional.

Peemedebistas e tucanos, pela circunstância de o governo não dispor de maioria qualificada para aprovar suas reformas no Legislativo, dificilmente perderão a oportunidade de se constituir nos fiadores da governabilidade, podendo influir fortemente no conteúdo das políticas públicas, em especial naquelas encaminhadas ao Congresso sob a forma de Lei Complementar e de Emenda Constitucional.

Com isso, PMDB e PSDB tornam-se agentes fundamentais de garantia da governabilidade. Devem fazer isso pelo país, em função da vontade popular, sob pena de desaprovação e repúdio da população, que vem demonstrando amadurecimento impressionante desde a extinção do regime militar no Brasil, passando pela mobilização pelas eleições diretas, pelo *impeachment* de um presidente, pela pressão exercida sobre o congresso nacional que culminou com ações importantes de moralização da política e, agora, com a eleição de um presidente que efetivamente poderá começar a mudar o quadro de desigualdade que assola o país desde a sua fundação.

A administração do presidente Lula não será um salto no escuro. O PT percorreu um longo caminho, que veio sendo trilhado de forma gradual, consistente e segura. Chega ao poder pre-

parado e maduro. O novo governo, como veremos nesta publicação, dispõe de bons quadros e bom discurso, montou uma estratégia razoável, definiu um calendário de eventos, e está consciente de seus limites e dificuldades.

As dificuldades, no entanto, não serão pequenas. Além do excesso de expectativas, muitas mudanças dependerão de aprovação do Legislativo, onde as forças conservadoras que tradicionalmente dominaram o país ainda contam com força expressiva. Para atingir plenamente seus objetivos, entretanto, o governo necessita desenvolver uma boa política de comunicação, de convencimento e persuasão e, principalmente, ter bom senso para não permitir que o partido majoritário, o PT, seja tentado a sufocar seus parceiros.

É evidente, como em qualquer governo, que existe disputa quanto ao rumo, alcance e profundidade das mudanças. O resultado do embate entre as forças em disputa é que irá definir se prevalece a vontade das urnas ou a vontade do mercado.

O governo começou bem - com foco, agenda e estratégia - mas vai precisar de empurrões do movimento social para não se descolar da agenda mais progressista. Se o movimento social, em particular o sindical, não ficar atento ou se desligar quem vai dar um empurrãozinho no governo na direção de seus interesses, é claro, - tal como os seguros fizeram com o Rolls Royce que conduziu o presidente no dia da posse - serão as forças conservadoras.

II - Novo Congresso

Ao Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, compete deliberar sobre todas as matérias de competência da União, envolvendo desde as leis de caráter regulatório, passando pelas que criam ou majoram impostos, taxas e contribuições, pelas que ampliam ou restringem direitos sociais, até pela forma como são aplicados os recursos públicos, documentados nas peças orçamentárias.

O Congresso que emergiu das urnas, renovado em média 46,23% (44,9% da composição de 513 na Câmara, equivalente a 230 novos deputados, e 49,4% no Senado, correspondente a 40 dos 81 senadores), é produto de um profundo desejo de mudança com segurança e ética. Nesta primeira eleição do século, três características confirmam essa percepção: i) melhor distribuição das forças políticas, ii) melhor padrão ético dos eleitos, e iii) melhor equilíbrio no perfil sócio-econômico.

Poucas vezes a alternância no poder, como regra do regime republicano, foi tão almejada como no primeiro turno da eleição em 6 de outubro de 2002. O desejo de mudança esteve expresso nos mais de 60% dos eleitores que disseram não à continuidade, tanto na renovação dos dois terços do Senado e da totalidade da Câmara, quanto nos governos estaduais e federal. Para cada quatro votos, três foram dados aos candidatos que representavam a renovação.

O resultado da eleição para o Congresso, com a dança das cadeiras, anuncia o fim do rolo compressor e inaugura um novo ciclo, no qual o diálogo e o entendimento serão fundamentais para a aprovação das políticas públicas. Os postos-chave na estrutura do Poder Legislativo, incluindo as presidências das Casas e das comissões, temporárias e permanentes, bem como a relatoria de emendas constitucionais e medidas provisórias, serão mais bem distribuídos entre as forças políticas em razão do critério da proporcionalidade partidária.

Na distribuição das forças políticas, tendo como parâmetro a eleição de 1998, a oposição da época (atual situação), tanto de esquerda quanto de centro-direita, levou a melhor no pleito de 2002. Pela esquerda, o PT foi o principal beneficiado, saltando de 59 para 91 deputados, e de 7 para 14 no Senado; seguido do PSB, que subiu de 18 para 22 deputados e de três para cinco senadores. PPS e PCdoB também cresceram. O primeiro saiu de três para 15 deputados e elegeu um senador; enquanto o segundo aumentou de sete para doze o número de deputados. Pela centro-direita, o PL também saiu no lucro, pulou de 12 para 26 deputados, além de aumentar de um para três senadores.

Os grandes perdedores, indiscutivelmente, foram os partidos de sustentação do governo FHC. O PFL, em comparação com a eleição de 1998,

reduziu sua bancada de 105 para 84 deputados e de 20 para 19 senadores. O PSDB, partido do ex-presidente, despencou de 99 para 71 deputados e de 16 para 11 senadores. Fenômeno idêntico aconteceu com o PMDB, que decresceu de 83 para 74 deputados e de 27 para 19 senadores. O PPB, que encolheu de 60 para 49 deputados e de quatro para um senador, foi o mais prejudicado de todos.

No quesito ético, apesar da eleição de alguns caciques envolvidos em denúncias de desvio de conduta, houve uma melhoria significativa. O eleitor barrou nas urnas a maioria dos acusados ou denunciados por prática de corrupção. Mas não foi só isso. Também negou mandato para muitos parlamentares ultrapassados na forma de fazer política, particularmente os oportunistas, provincianos, clientelistas e fisiológicos, cujos espaços e métodos de atuação se reduziram drasticamente nos poderes Legislativo e Executivo.

É bem verdade que entre os que perderam o mandato nem todos eram ou foram clientelistas ou fisiológicos. Havia entre eles homens públi-

cos sérios, honestos e comprometidos com o interesse público, embora a maioria fosse de políticos com práticas atrasadas.

O perfil sócio-econômico do novo Congresso será bem mais equilibrado, com boa distribuição das forças políticas por profissão, origem econômica e fontes de renda. A presença de parlamentares com nível superior continua preponderante: 40% de profissionais liberais, sendo metade de advogados; 40% de assalariados, com metade do setor público e metade da área privada, e de 20% de empresários, entendidos como tal aqueles que têm sua principal fonte de renda em seus negócios.

O desejo de mudança é inquestionável, porém ficou uma dúvida. O eleitor aumentou a bancada de esquerda para simplesmente dar sustentação ao Governo Lula, desvinculada de uma crítica ao modelo econômico e à política econômica de FHC, ou para promover mudanças no modelo econômico e na política social? O exercício do mandato dirá.

III - O Governo e o Servidor

A tendência da relação do novo governo com os servidores – apesar de potencialmente explosiva em razão das demandas reprimidas e da escassez de recursos orçamentários –, pelo menos neste primeiro ano, será de compreensão mútua, tanto pela origem e formação do presidente eleito, que em toda sua vida resolveu conflitos de forma negociada, quanto pela consciência dos servidores em geral e de suas lideranças sindicais em particular de que a valorização do serviço público e de seus agentes será um processo.

O presidente Lula tem consciência de que o sucesso de seu governo dependerá, em grande medida, de sua relação com os servidores, a quem caberá a tarefa de implementar as políticas públicas capazes de corresponder à esperança e ao desejo de mudanças sufragados pelas urnas. Ademais, o presidente tem conhecimento de que a categoria dos servidores públicos foi um dos segmentos que mais se engajou em sua campanha.

A agenda positiva do novo governo coincide com o ideário defendido pelas entidades sindicais de servidores, como o resgate da dívida social, a democratização da gestão pública, a transparência na alocação dos recursos, a reconstrução do aparelho de Estado, e principalmente, a governança compartilhada, com a instituição de conselhos permanentes, tanto consultivos quanto deliberativos.

Entretanto, a agenda dos servidores é ampla e inclui a imediata abertura de negociações, flexibilização do princípio da reserva legal para permitir acordo coletivo sobre condições de trabalho no serviço público, a preservação do regime de aposentadoria integral, respeito à paridade entre servidores ativos e aposentados, planos de cargos e salários que atendam às necessidades da categoria, política de recuperação das perdas e garantia de reposição do poder de compra dos salários na data-base, respeito às entidades sindicais de servidores, novo critério para liberação de dirigentes, contratação exclusivamente pelo regime de cargo pú-

blico e a universalização do serviço público e estatal, entre outras questões.

Para tentar atendê-la, é praticamente certo que o governo instalará uma mesa permanente de negociação com os servidores. Em contrapartida, irá cobrar qualidade e eficácia na prestação de serviços públicos, em particular por intermédio do Conselho de Defesa dos Usuários, que terá amplo acesso aos registros e informações do governo sobre metas, programas e recursos.

Agora, numa coisa, o governo, em que pesem o apreço, a disposição de diálogo e até a

dependência do presidente Lula em relação aos servidores, não irá transigir por conta dos compromissos internacionais e da asfixia das finanças públicas: a reforma da Previdência do setor público. Aliás, este será o ponto de maior atrito na relação com os servidores.

Ainda que a classe trabalhadora, em geral, e os servidores públicos, em particular, entendam as condições em que o presidente Lula assume a condução do país, é fundamental que o novo Governo recupere sua autoestima e dignidade destruídas pelo governo anterior que, além de negar revisão geral da remuneração, suprimiu mais de 50 direitos.

IV - Política Pública e Ciclo Orçamentário

Boa parte das iniciativas e decisões governamentais envolvem políticas públicas que, em geral, implicam custos, os quais – pelos princípios que regem a administração pública, particularmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade – devem receber autorização legislativa, mediante aprovação de leis, que se materializam nas peças orçamentárias.

A - Conceito de Políticas Públicas

Em geral, as políticas públicas traduzem a idéia de valor, da alocação de recursos ou benefícios, distribuição de bens e serviços públicos para localidades, indivíduos ou grupos, mas elas também regulam a relação entre pessoas e entre estas as instituições, públicas ou privadas.

As demandas ou reivindicações de pessoas, empresas ou regiões se transformam em políticas públicas por meio de sua legitimação pelo poder público, e como geralmente sua adoção implica custos para alguns e benefícios para outros, os beneficiados as apóiam enquanto os prejudicados resistem, num jogo muito comum nas democracias.

Ao contrário do que se imagina, as políticas públicas são assim chamadas, não pelo seu conteúdo, mas pelo caráter impositivo. As políticas

são públicas, e não privadas ou apenas coletivas, porque estão revestidas da autoridade soberana do Poder Público ou porque emanam do Estado, único ente que detém o monopólio legítimo do uso da força e da violência para fazer valer suas decisões e ações.

Assim, toda política pública exige uma decisão governamental, mas nem toda decisão governamental significa uma política pública. Por exemplo: as leis de homenagens ou datas comemorativas.

Quanto à tipologia, as políticas públicas podem ser classificadas nas arenas distributivas, redistributivas ou regulatórias.

São distributivas as políticas públicas que mobilizam reduzido potencial de conflito. Elas tratam basicamente de alocação de recursos e distribuição de benefícios, sem que haja clareza sobre quem paga os custos ou perde algo com as decisões. São exemplos disto a política ambiental, de saúde pública e outras que toda a sociedade paga e por isto têm custos e benefícios difusos. É uma política mais simples para ser implementada.

A política pública de caráter redistributivo tem por objetivo distribuir renda e propriedade,

mediante a alocação de valores e bens públicos para segmentos concentrados e específicos, como a previdência, reforma agrária, acesso ao crédito, bolsa escola, renda mínima, etc. Em geral, possui benefícios e custos concentrados ou benefícios difusos e custos concentrados, e são altamente conflitadas. Assim, para que certos benefícios sejam concedidos a atores e interesses claramente definidos, alguém terá que arcar com os custos ou perdas, já que os benefícios só poderão ser alocados a um ator à custa da imposição de uma perda objetiva para outro ator.

É classificada como regulatória a política pública que estabelece imperativo seletivo e provoca reação variada de adesão ou rejeição, de acordo com quem perde ou ganha na regulação. São exemplos disto as regras sobre concessões de serviços públicos, a lei de portos, os ágios de privatizações etc.

As políticas públicas que objetivam distribuir renda e propriedade necessitam de recursos para sua implementação, os quais serão previstos e reservados nas peças orçamentárias, que o governo federal submete ao Poder Legislativo.

B - Ciclo Orçamentário

O ciclo orçamentário, que dá suporte às políticas públicas, é constituído de três peças: o PPA - Plano Plurianual, que define o cenário, a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixa a política de gasto do governo e orienta o processo orçamentário, e, finalmente, a LOA - Lei Orçamentária Anual, que promove as alocações específicas de recursos.

O Plano Plurianual (PPA), que corresponde ao período de quatro anos, inicia sempre no segundo ano do Governo e vai até o primeiro ano do Governo seguinte. Enviado pelo presidente da República ao Congresso até o dia 31 de agosto do primeiro ano de seu mandato, deve ser aprovado e sancionado até o encerramento da mesma sessão legislativa, portanto, até 15 de dezembro.

Segundo o § 1º do art. 165 da Constituição, o PPA – que é obrigatório para o setor público e

indicativo para o setor privado – estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada a serem atingidas no quadriênio.

A LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, como o próprio nome diz define as diretrizes para o orçamento, compreendendo as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, além de orientar a elaboração da lei orçamentária anual, dispendo sobre alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Ela, que serve de base para a elaboração orçamentária, deve ser enviada ao Congresso até 15 de abril e aprovada conclusivamente até 30 de junho, sob pena de o Congresso não entrar em recesso.

A LOA – Lei Orçamentária Anual, que deve ser enviada ao Congresso até 31 de agosto com aprovação até o final do ano, compreende: i) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; ii) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e iii) o orçamento da seguridade social (previdência, assistência e saúde), abrangendo todas as entidades e órgãos a elas vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

Além dessas três peças orçamentárias, o presidente da República encaminha anualmente mensagem ao Congresso, na qual faz uma avaliação do ano anterior e antecipa o que pretende fazer naquele ano, além de publicar o Balanço Geral da União que é uma espécie de prestação de contas. O BGU – Balanço Geral da União é peça fundamental porque permite verificar a relação discurso x prática, ou seja, permite verificar se o que foi alocado, previsto no orçamento, foi efetivamente executado.

Finalmente, um registro sobre a ficção que é o orçamento brasileiro. Aqui, diferentemente dos Estados Unidos, o orçamento é meramente autorizativo, o que significa dizer que o Ministério da Fazenda poderá simplesmente contingenciar (não liberar) os recursos destinados a uma determinada política pública ou mesmo remanejar esses recursos para outra finalidade, neste último caso, desde que com autorização legislativa. Apenas para ilustrar, 40% das leis feitas no Brasil são créditos adicionais alterando o orçamento, como: a) créditos adicionais para

situação novas não previstas ou novos projetos urgentes, b) créditos suplementares, que complementem uma alocação para que a política pública seja implementada, e finalmente, c) créditos extraordinários para calamidades, guerra, estado de emergência e outras urgências, sempre por medidas provisórias.

Essas, em síntese, são as várias peças orçamentárias apresentadas e discutidas, as quais não apenas os órgãos de fiscalização mas também a sociedade deve acompanhar.

V - Desafios Estruturais do Presidente

Os desafios do Chefe do Poder Executivo para assegurar a governabilidade – entendida como o equilíbrio entre as demandas ao presidente da República e a capacidade do governo em administrá-las ou resolvê-las satisfatoriamente – são enormes.

Os poderes do presidente da República, que acumula as funções de Chefe de Governo (administração do país) e Chefe de Estado (representação externa) são tão amplos quanto suas responsabilidades e desafios na condução dos destinos do Brasil.

Apesar dos expressivos poderes (legislativos e não legislativos) com que conta o presidente da República, a capacidade governativa vive em constante questionamento, especialmente pelas peculiaridades do desenho federativo e do sistema político do país, que combina presidencialismo com multipartidarismo fragmentado, ausência de fidelidade partidária e sistema eleitoral com voto aberto, que praticamente desobriga o representante com relação ao seu partido. Nesse contexto, as coalizões de governo acabam sendo amplas e pouco estáveis, o que não acontece no parlamentarismo, em que o governo é formado pela própria maioria que tem no Parlamento.

A - Desenho Federativo

O desenho do nosso federalismo possui

dois problemas estruturais graves: a) a distribuição das receitas e encargos dos três entes federativos – União, Estados e Municípios, e b) o desequilíbrio político na representação dos Estados no Congresso.

O primeiro problema – o desequilíbrio entre receitas e encargos – foi obra dos constituintes de 1987/88, que numa reação ao modelo concentrador vigente durante a ditadura militar, no qual os governos municipais e estaduais viviam de pires na mão mendigando recursos da União, transferiram recursos para Estados e Municípios sem a devida contrapartida em matéria de atribuições. Assim, ao estabelecer a competência comum dos entes federativos na prestação dos serviços como educação, saúde e habitação, por exemplo, a Constituição de 1988, na prática, transferiu essa responsabilidade para a União, desobrigando os Estados e Municípios de maiores investimentos nesses setores. A política de controle fiscal, com metas de superávit primário, levou o Governo Federal a ampliar a carga tributária, inclusive com tributos transitórios – como a CPMF, aumento da COFINS e da alíquota do imposto de renda – ou a promover manobras fiscais, como o FEF - Fundo de Estabilização Fiscal ou a DRU - Desvinculação de Receitas da União.

Registre-se, a propósito, que a COFINS (R\$ 50 bi), a CSLL (R\$ 11 bi) e a CPMF (R\$ 19

bi), destinadas constitucionalmente à Seguridade Social (previdência, saúde e assistência), são arrecadadas pela Receita Federal e apropriadas pelo Tesouro da União, que não repassa nem metade desse montante para as despesas com a Seguridade. Esse montante, que é desviado da Seguridade, vai para a formação do superávit primário ou é gasto em outras despesas do governo. Duas motivações sustentaram ou justificaram esse desvio de finalidade promovido pela União. A primeira é que o tributo denominado contribuição (que tem uma destinação específica), diferentemente de imposto, não repassa nenhum centavo para a formação do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. A segunda é que a Constituição específica e determina o uso desses recursos, a exemplo do que ocorre no art. 167, inciso XI, que vincula os recursos do INSS (art. 195 da CF) destinados à realização de despesas com o pagamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (receita sobre a folha, tanto de empregado quanto de empregador).

O desequilíbrio entre receita e encargos, que reflete negativamente no desempenho da economia, inclusive em benefício dos entes federativos, só poderá ser equacionado por meio de uma ampla reforma fiscal, que inclua as pernas da receita e também da despesa, nas quais se explicita claramente o rateio de recursos e as responsabilidades de cada ente federativo na manutenção e prestação dos serviços públicos, sob pena de a União continuar valendo-se de subterfúgios, como os tributos provisórios, para resolver seus problemas de caixa.

O segundo problema – o desequilíbrio na representação dos Estados no Congresso – decorre, de um lado, do número mínimo e máximo de deputados federais, e, de outro, do fato de cada Estado possuir três senadores, cujas atribuições e competências extrapolam sua missão de representantes dos Estados, votando em igualdade de condições nas matérias de cidadania.

A fixação de um mínimo de oito e de um

máximo de 70 deputados por Estado, além de contraditório com outro comando da própria Constituição, segundo o qual “cada eleitor um voto”, prejudica os Estados de maior população. Apenas como ilustração: o voto de um eleitor de Roraima, Estado que tem oito deputados federais e possui apenas 0,2% da população nacional, vale 16 vezes mais que o de um eleitor de São Paulo, que tem direito a 70 deputados e concentra 20% do eleitorado nacional. Para que houvesse equilíbrio, Roraima deveria ter direito a apenas um deputado ou, para ter oito, São Paulo deveria ter pelo menos 114.

A regra de três senadores por Unidade da Federação, que – além de suas competências privativas sobre questões federativas, inclusive quanto ao endividamento de estados e municípios, e do direito de iniciar leis e votar todas as matérias apreciadas pela Câmara – também decidem assuntos de cidadania, tem resultado em desequilíbrio das regiões no Congresso. A situação chega ao ponto de três regiões – Norte, Nordeste e Centro-Oeste – que reúnem 42% da população, representarem 74% do Senado. Há casos em que a soma dos senadores de Estados que representam 15% da população corresponde à maioria absoluta das cadeiras do Senado, 51%, podendo bloquear decisões ou políticas públicas apoiadas pelos representantes de Estados que concentram 85% dos cidadãos.

O poder de veto desses senadores – em matéria de cidadania – se colocado em prática seria ilimitado. Assim, para evitar uma crise potencial de governabilidade, há duas alternativas: rever o desenho federativo, modificando-se as atribuições dos senadores – e há modelos diferentes do nosso, inclusive em outros países federativos – ou rediscutir o bicameralismo. O sistema atual, além de dificultar o processo decisório, é uma ameaça à estabilidade do regime democrático.

B - Sistema Político

O sistema político brasileiro, de dupla legitimidade e com eleições independentes – de um lado o presidente da República sendo eleito pela

maioria absoluta dos cidadãos, e, de outro, os deputados e senadores, sufragados respectivamente pelos sistemas proporcional e de maioria relativa, ambos com mandatos fixos – combinado com a fragmentação partidária e inexistência de maioria parlamentar do partido do presidente, é uma ameaça potencial ao funcionamento do governo, ampliando os custos das decisões políticas.

O presidencialismo, no formato adotado no Brasil, além do personalismo – que cria grandes expectativas ao atribuir ao presidente a responsabilidade por tudo, inclusive pelos problemas de competência dos governos estaduais e municipais – não prevê instrumentos para lidar com eventual maioria de oposição, nem possui mecanismos para resolver eventuais impasses entre os Poderes Executivo e Legislativo, como no sistema parlamentarista, cujas crises são solucionadas pela destituição do gabinete ou pela dissolução do Congresso.

Por esse modelo, o presidente da República, para aprovar seu programa de governo, independentemente da qualidade e interesse popular pelas políticas públicas propostas, necessita mobilizar expressivos recursos políticos para negociar com os partidos no Legislativo, sob pena de instaurar uma crise cujo desfecho seria o fechamento do Congresso ou a inviabilidade do governo.

É verdade que o presidente, em matéria legislativa, pode propor projetos de lei e emendas constitucionais, possui iniciativa privativa em assuntos orçamentários, dispõe da prerrogativa de pedir urgência para seus projetos, pode editar medida provisória com força de lei, possui líderes com direito a voz no Parlamento, além do poder de veto, total ou parcial, às proposições aprovadas no Congresso, e outras possibilidades. Mas nada disto dispensa a participação do Poder Legislativo.

Um Congresso hostil ou de oposição, apesar das possibilidades do governo, pode criar sérias dificuldades. Na apreciação de medidas provisórias e projetos de lei, os parlamentares exercem papel fundamental, tanto na votação,

quanto na eventual modificação ou mesmo rejeição, podendo, inclusive, derrubar vetos presidenciais. Já no caso das emendas constitucionais e dos projetos de decretos legislativos, utilizados tanto para ratificar tratados internacionais subscritos pelo Brasil quanto para sustar atos governamentais que exorbitem do poder regulamentar, bem como da delegação legislativa, não comporta nem veto presidencial, cabendo ao Congresso a decisão conclusiva.

Assim, além da prerrogativa de aprovar, modificar ou rejeitar matérias de iniciativa do governo, os parlamentares possuem vários mecanismos que podem dificultar a tramitação de uma matéria, seja com pedido de vistas, seja com destaque para votação em separado (DVS), exigindo que um aspecto polêmico de uma determinada proposição possa ser votado separadamente, forçando várias votações sobre um mesmo assunto, inclusive em matérias constitucionais. Esse recurso do DVS é hoje menos poderoso do que já foi, mas, ainda assim, é suficiente para provocar derrotas em questões mais sensíveis.

Governar, nesse contexto, não será uma tarefa fácil, como alguns imaginam. Não bastam legitimidade e vontade política. O processo é muito mais complexo e exige paciência, capacidade de liderança e de diálogo, e, sobretudo, tolerância e bom senso no trato com a oposição para não entrar em aventuras que possam comprometer o País e seu povo.

É verdade que estas condições estruturais existem desde 1998. Se até hoje não houve impasse insuperável é porque nem o STF nem o Congresso tomaram decisões que pudessem efetivamente colocar em xeque o governo. Até o *impeachment* de Collor foi resolvido sem maiores traumas pela enorme pressão popular, mas não é prudente acreditar apenas na boa vontade e bom senso de titulares dos três poderes. É preciso criar mecanismos capazes de dissipar e resolver os impasses sem rompimento ou crise institucional insuperável, como já ocorre nas democracias modernas.

VI - Critério para Escolha da Equipe de Governo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, antes de definir os critérios de escolha da equipe de auxiliares, solicitou de seus assessores uma radiografia da máquina governamental, identificando a estrutura dos órgãos e cargos, suas atribuições e importância na implementação do programa de governo, para então dimensionar sua hierarquia dentro do governo. Além disso, cuidou de distinguir o comando político do aspecto administrativo ou gerencial, como condição para definir o perfil dos ocupantes de cada órgão, seu peso político e operacional dentro da estrutura de poder, bem como a alocação dos recursos necessários ao desempenho de suas funções.

Na definição de critério para participação no governo, o presidente buscou: i) contemplar os partidos que lhe deram apoio na eleição, ii) acomodar as correntes internas do PT, iii) atender minimamente as regiões do país, iv) escolher quadros políticos com reconhecida experiência ou formação na área de atuação, vi) reservar alguns cargos de segundo e terceiro escalões para os

servidores de carreira, e, principalmente, vi) nomear políticos com passagem ou algum trânsito no Congresso.

Com domínio sobre as estruturas de governo e de posse dos critérios gerais, o presidente selecionou pessoalmente cada ministro e secretário específico com status de ministro e delegou a cada um a formação de sua equipe, recomendando a combinação de competência técnica, compromisso com a agenda de mudanças, alto padrão ético e legitimidade em sua esfera de atuação, reservando, preferencialmente, para os funcionários de carreira aqueles cargos técnico-administrativos voltados para o funcionamento da máquina.

A metodologia adotada para a seleção dos quadros dirigentes, portanto, levou em consideração aspectos políticos, partidários, técnicos, regionais, a natureza do órgão e do cargo, sua hierarquia dentro da estrutura de poder, bem como o perfil dos ocupantes, que foram classificados entre políticos e técnicos de elevado padrão ético.

VII - Perfil Político e Socioeconômico da Equipe

O ministério do Governo Lula, pelo formato desenhado de início, é bastante equilibrado, reunindo políticos, acadêmicos, empresários, sindicalistas e técnicos. Geograficamente bem distribuída, a equipe, no geral, é inatacável ética e moralmente, possui experiência política e/ou administrativa, está comprometida com a agenda de mudanças, apresenta-se coesa na defesa das metas e objetivos do governo e possui fortes vínculos e representatividade em suas áreas de atuação, além de grande prestígio no Congresso Nacional.

Profissionalmente são sete advogados, cinco professores, três médicos, três engenheiros, dois economistas, dois empresários, dois diplomatas, dois bancários, um assistente so-

cial, um músico, um militar, um cientista político e dois técnicos, sendo um em manutenção e outro em mecânica.

Todas as regiões estão representadas. O Nordeste está representado por ministros de três Estados (Bahia, Pernambuco e Ceará); o Norte por um (Acre); o Centro-Oeste por um (DF); o Sul por dois (Rio Grande do Sul e Santa Catarina); e o Sudeste por três (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

Politicamente, além da ausência do PMDB, as surpresas ficaram por conta da escolha: a) de um banqueiro para a presidência do Banco Central, o ex-presidente do Banco de Boston e deputado eleito pelo PSDB de Goiás, Henrique Meire-

lles; b) de um fazendeiro e empresário rural para o Ministério da Agricultura, Roberto Rodrigues; e c) de um empresário, Luiz Fernando Furlan, para o Ministério do Desenvolvimento. Os dois últimos não são filiados a partido político nem participaram de equipes de governo, embora já tivessem sido convidados mais de uma vez.

Com idade média de 50 anos, majoritariamente com formação superior, o ministério reúne condições para conduzir a ação governamental com eficiência e capacidade de relacionamento no Congresso, até porque pelo menos 20 foram eleitos ou já exerceram mandato no Poder Legislativo Federal.

VIII - Núcleos e Operadores Estruturantes

Estruturalmente, o governo está dividido em quatro grandes núcleos: a) o social, sob a supervisão direta do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; b) o político, a cargo do chefe da Casa Civil, José Dirceu; c) o econômico, sob a coordenação do ministro da Fazenda, Antônio Palocci; e d) o de imagem e comunicação estratégica, chefiado por Luiz Gushiken.

O social, a prioridade número um do governo, terá o próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na coordenação. Cada um dos ministros da área social terá que prestar contas diretamente ao presidente, que se comprometeu a: a) acabar com a fome no país, b) criar dez milhões de empregos, c) erradicar o analfabetismo, e d) respeitar os direitos humanos, incluindo o combate à violência urbana e à tortura, e, com prioridade absoluta, à prostituição infantil.

O político, o principal pilar do governo, está sob o comando de José Dirceu, ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República. Ele cuidará de toda a ação governamental, desde a coordenação política e integração das ações do governo, a análise do mérito, da oportunidade e compatibilidade das propostas com as diretrizes governamentais, passando pelo relacionamento com o Congresso Nacional e com os partidos políticos, bem como a interlocução com os entes federativos, até a supervisão e execução das atividades administrativas da Presidência da República.

O econômico, talvez a área mais sensível do governo, foi entregue ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, pela confiança e tranqüilidade que transmitiu ao mercado durante sua equilibra-

da participação como coordenador da transição. Ele - preocupado em reduzir o risco Brasil e melhorar as expectativas do mercado em relação ao País - conquistou o setor empresarial e os agentes financeiros nacionais e internacionais ao se comprometer, em linhas gerais, a manter a política econômica próxima à do governo FHC. Sua consolidação, entretanto, deveu-se a suas ações práticas na direção prometida com a indicação de um banqueiro para a presidência do Banco Central, ao qual será atribuída autonomia operacional, e à nomeação dos principais membros da equipe econômica, entre nomes que tiveram colaboração efetiva no governo FHC. Seu ministério, auxiliado pelo Ministério do Planejamento, será preponderante na área econômica.

A imagem, a comunicação, a publicidade e os programas estratégicos do governo ficarão a cargo do ministro Luiz Gushiken, titular da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República. Além da assistência direta e imediata ao presidente da República, Gushiken cuidará da avaliação e formulação da concepção estratégica nacional, da articulação de centro de produção de conhecimento, pesquisa e análise, da promoção de estudos e elaboração de cenários exploratórios, da comunicação social, da publicidade oficial, tanto da administração direta quanto da indireta, bem como da convocação das redes de rádio e televisão.

O titular da Secretaria de Comunicação, pela proximidade, prestígio e autoridade de que goza junto ao presidente da República, poderá recuperar parte das funções da extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos, ampliando sua esfera de

influência no Governo. Registre-se, ainda, que sua trajetória como ex-deputado, sindicalista e especialista em fundos de pensão, tem lhe franqueado grande influência no encaminhamento e formulação da reforma da Previdência, formalmente sob a responsabilidade do ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, ao qual é muito ligado. Aliás, o então consultor Gushiken foi autor de estudo encomendado pelo Ministério da Previdência em 2002, sob o título “Regime Próprio de Previdência dos Servidores: Como Implementar? Uma Visão Prática e Teórica”.

Embora não integre o núcleo estruturante, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz de Bastos, a julgar pelas missões que recebeu, poderá ter papel importante como operador em assuntos jurídicos, tendo sob sua responsabilidade a formulação de uma nova proposta para a reforma do Judiciário, além de iniciativas na política penitenciária. Pela relação de confiança, o presidente lhe transferiu a tarefa de indicar o Advogado-Geral da União, o órgão encarregado da defesa da União e das autoridades federais.

IX - Agenda de Reformas

A agenda de reformas do Governo Lula inclui pelo menos sete emendas constitucionais, além de vários projetos de lei: a) sistema financeiro, b) previdenciária, c) tributária, d) trabalhista, e) do Judiciário, e f) política. A intenção do governo é enviar as duas primeiras no primeiro trimestre e iniciar o debate das demais no segundo semestre.

A - Reforma do Sistema Financeiro e Mercado de Capitais

Para o Governo Lula, a reforma do sistema financeiro e do mercado de capitais está no mesmo nível de prioridade da reforma da Previdência, por sua importância para a redução dos custos de intermediação financeira e ampliação dos mercados de capitais, a partir: a) da definição de novos marcos regulatórios e institucionais, b) da mudança na fórmula *spread*-poupança-crédito, c) da autonomia operacional do Banco Central, d) de maior segurança contra riscos sistêmicos, e e) de mais transparência e fiscalização eficaz.

A tramitação da principal peça da reforma do sistema financeiro, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 53/99 está em estágio bem mais avançado do que a reforma da Previdência, devendo ser a primeira reforma do Governo Lula. A PEC nº 53/99 modifica o inciso V do art. 163, dá nova redação ao art. 192, suprimindo seus in-

cisos e parágrafos, para permitir sua regulamentação por mais de uma lei complementar, e altera a redação do art. 52 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição.

A idéia do governo é tranqüilizar o mercado, dar garantias aos investidores, criar condições para aumentar a poupança interna, assegurar a estabilidade econômica e fornecer ao BC os meios necessários ao gerenciamento autônomo das políticas cambial, monetária e de juros, sem interferência político-partidária. Para tanto, além de mudanças constitucionais e legais, será fortalecida a capacidade fiscalizadora das instituições financeiras e do mercado de capitais, com vistas a redução de riscos sistêmicos, e ampliar a transparência do sistema.

Além da Emenda Constitucional, cuja regulamentação dependerá da aprovação de leis complementares, o governo fará mudança na Lei de Falências e enviará ao Congresso um projeto instituindo a Lei de Responsabilidade Monetária e alterações na estrutura e no foco de atuação de instituições como fundos de pensão, estatais e BNDES.

Boa parte dessas idéias, inclusive a PEC nº 53/99, era defendida pelo mercado e pelo governo anterior, e o novo governo, ao defender agenda semelhante, deixa a impressão de que sucumbiu às exigências das instituições fi-

nanceiras internacionais. Entretanto, a nova equipe afirma que a estratégia adotada está correta e que é realmente preciso tranquilizar os mercados, a fim de se criar as condições macroeconômicas para que sejam implementadas as mudanças na política econômica vocalizada pela coalizão de sustentação do governo de centro-esquerda.

B - Reformas Fiscal, Tributária e Pacto Federativo

A reforma fiscal vai além da simples arrecadação, passa pela repartição de receita entre os entes federativos, até a transferência de atribuições da União para Estados e Municípios, numa espécie de novo pacto federativo.

Portanto, não se trata de uma simples reforma que cuidará apenas das receitas, mas de algo muito complexo, que envolve pelo menos três ordens de disputa: a) uma entre os governos e os agentes econômicos e sociais, estes querendo pagar menos impostos e aqueles querendo ampliar suas receitas; b) outra entre os três níveis de governo – União, Estados e Municípios - cada um brigando para ficar com a maior fatia do bolo; e, finalmente, c) uma terceira entre estados e regiões, para manter ou ampliar as renúncias e isenções fiscais.

A parte da receita - a reforma tributária propriamente dita - terá como objetivo fundamental melhorar a competitividade das empresas brasileiras e ampliar os investimentos, com medidas que contribuam para: i) simplificar a arrecadação, ii) combater a sonegação, iii) eliminar o efeito cascata, iv) reduzir a carga sobre o setor produtivo, v) desonerar a folha de salários e os produtos destinados à exportação, vi) aliviar a situação dos assalariados, vii) criar novas fontes de receitas perenes em substituição às fontes provisórias como a CPMF e o aumento da alíquota do imposto de renda, e viii) combater a guerra fiscal entre as unidades da Federação, por exemplo, com a unificação da legislação ou adoção de um imposto de valor agregado em substituição ao ICMS.

Para atingir as metas de arrecadação, além da política de combate sistemático à sonegação e à elisão fiscal e do aprimoramento da dívida ativa, o governo deverá instituir a cobrança sobre grandes fortunas e herança, substituir gradualmente os tributos com efeitos cascata (PIS, COFINS e CPMF) por um outro sobre valor agregado, fazer a isonomia tributária entre produtos nacionais e importados e ampliar a progressividade da tributação sobre a renda.

Na parte da despesa - a reforma fiscal propriamente – além da revisão das vinculações de receitas, das mudanças das regras previdenciárias dos regimes próprios dos servidores, da redução das imunidades, renúncias e isenções fiscais, da moralização das licitações e contratações de pessoas físicas e jurídicas, inclusive com o enxugamento de cargos em comissão e de livre provimento – ela também deverá abranger a transferência para Estados e Municípios de alguns encargos que, embora devessem ser compartilhados, atualmente, na prática, são de responsabilidade da União, sobretudo nas áreas de saúde, educação e habitação.

Isso dificilmente será feito sem um novo pacto federativo, no qual a União delegue aos Estados e Municípios, ainda que repasse os recursos para tanto, a execução de tarefas que são próprias dessas Unidades da Federação, mas, em troca, haverá uma nova negociação das dívidas e uma nova divisão do bolo tributário.

Parte dessas mudanças demandam emendas constitucionais, parte depende de leis ordinárias e complementares e parte de vontade política e fiscalização da aplicação dos recursos públicos. A implementação desse conjunto de iniciativas, portanto, tenderá a seguir etapas, já que integram um processo de ajuste e estabilização das dívidas públicas e redução dos juros.

C - Reforma da Previdência

O sistema previdenciário brasileiro constitui-se de três regimes: i) geral da previdência social

(RGPS), a cargo do INSS, com teto de benefício e contribuição; ii) próprio de previdência dos servidores, a cargo dos tesouros federal, estadual ou municipal, sem teto de contribuição e com aposentadoria integral e paridade entre aposentados e ativos; e iii) previdência complementar privada. O Governo do presidente Lula, que rechaça a idéia de privatização, tem intenção de promover mudanças radicais no regime próprio dos servidores, modificações no sistema de financiamento do regime geral do INSS e alterações nos planos de previdência complementar das estatais.

O primeiro passo dessa reforma seria a conclusão da votação do Projeto de Lei Complementar nº 9/98, que institui previdência complementar para os servidores públicos, tornando obrigatória a unificação das regras de concessão de benefícios, tanto no regime próprio dos servidores quanto no regime geral de previdência social. Só depois cuidar-se-ia de alteração constitucional para unificação dos regimes.

De acordo com o PLP 9/98, todos os servidores que fossem contratados pelo regime de emprego público seriam filiados obrigatórios do INSS e os contratados pelo regime de cargo público ficariam vinculados ao regime próprio dos servidores, a cargo dos tesouros, porém ambos submetidos ao teto do regime geral, atualmente em R\$ 1.561,00. O futuro servidor – tanto o do regime de emprego quanto o do cargo público – que desejasse receber uma aposentadoria superior ao teto do regime geral, poderia aderir à previdência complementar, que seria organizada sob a forma de fundo de pensão, para a qual haveria duas contribuições, de idêntico valor, uma feita pelo servidor e outra pelo seu empregador, no caso o governo.

Na forma prevista no projeto que cria o fundo de pensão para o funcionalismo público, os atuais servidores, que não tivessem preenchido ainda os requisitos de idade mínima e tempo de contribuição para requerer aposentadoria, também poderiam aderir à previdência complementar, desde que o fizessem de forma expressa. Nesta hipótese, estariam renunciando ao direito à aposentadoria integral e passando a contribuir com o valor igual ao teto do regime geral, consi-

derando o tempo de contribuição anterior sobre o total de sua remuneração para efeito de um benefício diferido proporcional ao tempo passado. Assim, esse servidor poderia ter três benefícios de natureza previdenciária: um limitado ao teto do regime geral; um diferido, proporcional ao tempo em que contribuiu sobre o total da remuneração, o chamado serviço passado; e um terceiro, concedido pelo fundo de pensão, com as reservas que acumular na previdência complementar.

O Governo, no entanto, pretende ir além ao propor a unificação dos regimes e não apenas das regras, como prevê o PLP 9/98. A proposta governamental, que exige emenda constitucional, significará o fim da integralidade e da paridade de vencimento entre servidores ativos e inativos, poderá atingir os atuais (quebrando a expectativa de direito à aposentadoria integral) e futuros servidores, alcançando todo o funcionalismo civil dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo os magistrados e membros do Ministério Público.

Pela proposta de unificação dos regimes, os atuais servidores do regime próprio – que na data da promulgação da reforma não tivessem ainda preenchido os requisitos para requerer sua aposentadoria com base na remuneração integral – teriam reconhecido seu “direito acumulado”, considerando como tal o tempo passado de contribuição superior ao novo tempo, para efeito de cálculo de sua aposentadoria ou de um benefício diferido quando de sua aposentadoria.

Exemplificando, um servidor que contribuiu para a aposentadoria integral por quinze anos, sendo que no mês anterior à reforma tinha um salário de R\$ 5.000,00, teria direito a uma aposentadoria de 15/35 avos de R\$ 5.000,00 quando se aposentar, daqui a vinte anos. No período relativo aos vinte anos de contribuição com base no teto fará jus a outro benefício proporcional a esse tempo.

Uma vez unificados os regimes, o que exige emenda à Constituição, o governo ofertaria aos servidores em atividade, atuais e futuros, a

possibilidade de ingressar num fundo de pensão, que seria criado e custeado por contribuições paritárias do servidor e de seu empregador (no caso União, Estados ou Municípios) na parcela da remuneração que exceder ao novo teto (atualmente de R\$ 1.561,00), como forma de complementar sua aposentadoria.

Além da unificação dos regimes e da previdência complementar – que resultariam: a) na eliminação da integralidade, entendida como aposentadoria com base na última remuneração, b) na extinção da paridade, conceituada como a extensão aos aposentados e pensionistas de todos os ganhos e vantagens assegurados aos servidores em atividade, inclusive os decorrentes de transformação ou reclassificação – o governo também cogita: i) rever a pensão integral, ii) eliminar gradualmente a diferença de idade entre homem e mulher para efeito de aposentadoria, bem como entre trabalhadores urbanos e rurais, e iii) instituir contribuição sobre as aposentadorias com valor superior ao teto do regime geral.

O governo poderá ter dois problemas na reforma da Previdência. O primeiro é que dificilmente a unificação alcançará todos os servidores. A provável exclusão dos militares, dos magistrados e dos membros do Ministério Público do novo sistema já coloca em xeque a sua legitimidade diante do restante do funcionalismo público. O segundo diz respeito aos atuais servidores. A unificação para o futuro não teria maiores problemas, porém a quebra de expectativa de direito a uma aposentadoria integral, mesmo reconhecendo o tempo passado até a data da unificação, com certeza seria rechaçada com todas as forças pelos servidores, especialmente aqueles com mais da metade do tempo de contribuição para requerer aposentadoria.

Registre-se, ainda, que os custos de transição de um modelo para o outro – com redução de receitas e aumento da despesa no curto prazo, com a obrigação de contribuição dos Estados e Municípios nas mesmas bases em que as empresas contribuem para o INSS (20% sobre a folha total) e no médio prazo (com o resgate dos “bônus” relativos ao direito acumulado), poderão

inviabilizar a reforma. Além disso, trata-se de um provável erro de cálculo político: a atual geração de servidores aposentados continuará sendo custeada por tributos, e somente no longo prazo essa despesa sofrerá redução, enquanto os atuais servidores, que em muitos casos já estão às vésperas de se aposentar, não terão nenhuma garantia real de que, no novo sistema, haverá qualquer ganho ou mesmo segurança. As possibilidades de inclusão de regras de idade mínima para os segurados do RGPS tendem, ainda, a gerar uma reação à reforma que poderá produzir uma “frente” anti-reforma, com possível apoio, até de parlamentares filiados a partidos da base de sustentação do novo governo, além de uma avalanche de processos na Justiça.

Finalmente, de acordo com fontes oficiais, as outras mudanças, que cuidariam da forma de financiamento do regime geral de Previdência, teriam por objetivo desonerar o setor produtivo e incentivar a formalização do emprego, aumentando o número de filiados obrigatórios à Previdência e ampliando a rede de proteção social.

D - Reforma Política

A reforma política, que vem sendo apresentada como prioridade desde o primeiro governo FHC, só avançou na cláusula de barreira, que irá vigorar nas eleições de 2006. Sobre a necessidade de uma ampla reforma política, envolvendo os sistemas eleitoral e partidário, há quase um consenso no Congresso, mas quase nenhum acordo acerca de seu conteúdo. Temas como financiamento público de campanha, proibição de coligações proporcionais, divulgação de pesquisas eleitorais, domicílios eleitorais, restrição do acesso ao fundo partidário e ao horário eleitoral gratuito, fidelidade partidária, fim do direito de reeleição, voto distrital misto, sistema de lista fechada e bloqueada, eleição de suplente de senador, mudanças na data da posse dos eleitos, voto facultativo, desproporcionalidade na representação dos Estados na Câmara dos Deputados, separação da eleição para o Congresso da eleição para a presidência, de forma que não haja coincidência de mandatos, entre outros, terão que ser decididos no voto.

E - Reforma do Judiciário

O Poder Judiciário, como o mais fechado e menos transparente dos três poderes, necessita urgente de reformas que modernizem sua estrutura, sua forma de composição e os métodos de administração. O argumento de que algum controle externo interfere na independência e autonomia do juiz no exercício da magistratura parece não passar de mito, que precisa ser quebrado, mesmo porque esse tipo de desculpa tem servido para encobrir situações insustentáveis, como desvio de conduta e de recursos públicos, venda de sentenças e até nepotismo.

Os problemas do Judiciário já estão mais do que diagnosticados. Há consenso sobre as carências, falhas, insuficiência de recursos humanos e materiais, dificuldades de acesso do cidadão à Justiça, excesso de burocracia e formalismo, exagerado número de recursos meramente protelatórios, nepotismo e completa ausência de controle social, entre outros. Existe acordo também sobre esse estado de coisa que, além da demora na prestação jurisdicional, tem levado à insegurança jurídica, ao descrédito e à deslegitimação do Poder Judiciário como principal instância provedora de Justiça, a ponto de a sociedade estar buscando e estimulando alternativas extrajudiciais como caminhos mais céleres para a solução de conflitos.

Entretanto, a reforma do Judiciário, em curso no Senado Federal, não enfrenta de forma adequada esses problemas, nem tampouco irá contribuir de forma efetiva para a melhoria e celeridade na prestação jurisdicional. Na verdade, ela objetiva: i) a adoção da súmula vinculante pelos tribunais superiores, ii) o esvaziamento da primeira instância, iii) a eliminação do poder normativo da Justiça do Trabalho, iv) a argüição de relevância do recurso extraordinário, v) a manutenção do quinto constitucional, vi) o estímulo e constitucionalização da conciliação extrajudicial, entre outros.

O ministro da Justiça, encarregado da formulação nessa área, já antecipou que pretende começar do zero uma nova proposta, que espera seja capaz de atender adequadamente aos obje-

tivos de uma reforma do Judiciário, os quais deverão estar voltados para a celeridade e equilíbrio na prestação jurisdicional, com universalização e amplo acesso à Justiça.

F - Reforma Sindical

O desenho da nova estrutura sindical, segundo a vontade do presidente eleito, sairá do consenso que resultar do Fórum Nacional do Trabalho, integrado por representações dos trabalhadores e empregadores. O governo tende a defender sua proposta de liberdade e autonomia sindical - com o reconhecimento das centrais sindicais -, e eliminação dos dispositivos constitucionais da unicidade e da contribuição sindical, a fim de que sejam criadas as condições para a ratificação da Convenção 87 da OIT pelo Brasil.

Todo cuidado será pouco sobre este tema. Em nome da liberdade e autonomia sindical plenas e da proibição de qualquer interferência ou intervenção estatal, FHC enviou uma PEC - Proposta de Emenda à Constituição, arquivada no Congresso, que tinha como princípios básicos: i) instituir a pluralidade sindical, ii) extinguir a contribuição sindical, iii) acabar com a substituição processual, iv) limitar a representação sindical aos associados, v) forçar a constituição de sindicato por empresa, já que não há menção à categoria profissional nem à obrigatoriedade de participação do sindicato patronal, como existe em relação ao sindicato de trabalhadores, nas negociações, vi) eliminar o Poder Normativo da Justiça do Trabalho, vii) transferir para a Justiça do Trabalho os conflitos entre sindicatos, viii) condicionar o acesso do trabalhador à Justiça à conciliação extrajudicial, ix) limitar contribuições dos associados em favor do sindicato ao princípio da "razoabilidade", e x) dar ao Tribunais do Trabalho competência para julgar apenas os dissídios de natureza jurídica, para interpretação de normas, que podem servir, por exemplo, para por fim a uma greve, inclusive com multa ao sindicato, mas não para assegurar um só centavo de reajuste.

O debate sobre unicidade *versus* pluralidade pode ser um falso debate. O ponto central tende a ser a representatividade, que deve merecer

uma reflexão especial de parte dos principais interlocutores dessa discussão: as entidades representativas das categorias econômicas e profissionais. No caso da unicidade, esse problema da representatividade é resolvido já pela lei, enquanto na hipótese de pluralidade, a unidade depende de acordo político. Há países que, mesmo praticando a pluralidade, definem regras de representatividade, permitindo a adesão dos trabalhadores e sindicatos menos representativos ao acordo ou contrato coletivo assinado pela entidade de maior representatividade, segundo critérios recomendados pela OIT, como número de filiados, quantidade de acordos firmados, política de comunicação e conteúdos dos jornais e boletins em relação ao patrão, entre outros.

G - Reforma Trabalhista

A intenção governamental, nessa matéria, é discutir no Fórum Nacional do Trabalho uma proposta que democratize as relações de trabalho e crie condições para implementação do Contrato Coletivo de Trabalho, que resulte da negociação por ramo de atividade entre patrões e empregados, sem prejuízo de uma legislação de proteção ao trabalhador. O ministro do Trabalho já antecipou que pretende submeter ao presidente o pedido para retirada do projeto de lei que flexibiliza a CLT, como demonstração de que pretende buscar um consenso mínimo sobre o assunto

com os verdadeiros interessados: as categorias econômicas e profissionais.

A proposta do Governo, na verdade, tende a ser mais abrangente e estará dividida em quatro partes principais: a) crescimento, emprego e formalização da mão-de-obra informal; b) desenvolvimento, distribuição de renda e estabilidade; c) inclusão social; e d) infra-estrutura e desenvolvimento sustentável.

A reforma trabalhista, segundo o ministro do Trabalho, estará inserida na primeira parte relativa às questões de crescimento, emprego e formalização da mão-de-obra informal, assim como estarão as reformas tributária, previdenciária, agrária e política. Para a formulação desse programa de reformas serão ouvidas sugestões de toda a sociedade, dentro de um espírito nacional e democrático, bem como será buscada uma integração entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Uma ampla negociação nacional está prevista para possibilitar a aprovação das reformas pretendidas.

Tal como na questão sindical, o assunto requer muita cautela. FHC, a pretexto de modernizar as relações de trabalho, propôs a flexibilização dos direitos trabalhistas, de modo que os empregados, por intermédio de seus sindicatos, pudessem renunciar a alguns de seus direitos legalmente assegurados na Constituição e na CLT.

X - Estratégias e Táticas para Aprovação da Agenda

Para aprovar sua agenda de reformas, inclusive algumas de custos concentrados e benefícios difusos, o governo tenderá a utilizar uma combinação de estratégias que inclua várias táticas, desde a legitimação do conteúdo das propostas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, passando por mudanças nos ritos de tramitação no Congresso, até uma intensa campanha de comunicação e *marketing* em favor das mudanças.

A intenção inicial do governo é tentar viabilizar as reformas por meio de emenda constitucional, por isso o cuidado, de um lado para não

congestionar a agenda do Congresso – daí a ordem de envio das propostas – e, de outro, para aproveitar o momento de grande aceitação popular e legitimidade do presidente a fim de testar sua capacidade de promover tais reformas com o quorum de 3/5, colocando em discussão, em primeiro lugar, a emenda da reforma da Previdência, a mais polêmica de todas.

Entretanto, se constatada a inviabilidade da agenda de mudanças por meio de emenda constitucional, o presidente já deu sinais de que não está disposto a ficar refém do *quorum* de 3/5 e

provavelmente tomará a iniciativa de sugerir uma mini-constituente ou uma revisão constitucional, nos termos da proposta do deputado e atual ministro das Comunicações Miro Teixeira (PDT/RJ), que defina previamente uma pauta – a qual contemple todas as reformas do Governo Lula – para que seja aprovada pelo Congresso com o *quorum* de maioria absoluta, tal como aconteceu na Constituinte e na Revisão Constitucional.

A agenda de mudanças, de qualquer modo, será tida como uma política de governo e como tal tende a receber prioridade absoluta. A própria montagem do Ministério – com uma quantidade incrível de ex-parlamentares, todos com excelente trânsito no Congresso – e o posicionamento de aliados nos postos-chave no Poder Legislativo, já faz parte da estratégia de reunir maioria para aprovar a agenda de reformas.

Portanto, para atingir os 308 votos necessários na Câmara e os 49 indispensáveis no Senado, o governo buscará fazer uso da persuasão, da negociação e até da indução, com vistas a convencer os parlamentares da importância, necessidade e conveniência das mudanças para o País.

A primeira tática, a da persuasão, que é um método legítimo e racional, consistirá no esclarecimento, na elucidação e principalmente na demonstração das vantagens da decisão recomendada. As campanhas publicitárias e de marketing dirão que as reformas são indispensáveis ao retorno do desenvolvimento econômico e o progresso social do país e já foram respaldadas pelas urnas.

Nesse esforço de comunicação, por um lado o governo buscará enfatizar que algumas reformas, como a previdenciária e a trabalhista, se feitas por partidos de centro-esquerda, terão menos custos sociais para os mais humildes do que se feitas por liberais, e, por outro, que no Governo Lula – ao contrário de seus antecessores – cada centavo que for economizado será destinado à área social, com transparência e seriedade.

A segunda tática, a da negociação, terá por base dois eixos, ambos pautadas pelo interesse público e o sentido ético: o relacionamento com os governos estaduais e municipais e as concessões em torno de conteúdo das políticas públicas em formulação.

No primeiro caso, a estratégia para aprovar ou ver a sua agenda aprovada envolverá o relacionamento dos governos estaduais e municipais. Por um lado, há que se considerar a força da bancada do PT em diversas assembleias legislativas, incluindo os dois maiores estados do país (SP e MG), que são administrados por governadores do PSDB. Eventuais apoios ou oposições no Congresso Nacional podem receber tratamento similar nos legislativos estaduais. Por outro lado, o governo do PT não hesitará em trocar uma possível renegociação das dívidas dos Estados por apoio à agenda de reformas e nem em assumir os passivos previdenciários e até precatórios dos estados e municípios em troca da unificação dos regimes de Previdência.

No segundo, o sucesso do presidente e do seu partido no relacionamento com o Congresso poderá adivir da disposição permanente em negociar e ceder em torno de políticas. Tendo em vista a história e o discurso do PT, nem a sociedade nem as próprias bases do partido admitirão que se estabeleçam práticas de barganhas em torno de cargos e recursos. Ao contrário de governos anteriores, a cobrança de seriedade no tratamento da coisa pública será certamente maior agora e abrir mão disso poderá inviabilizar o novo governo.

Ainda que otimista com o potencial do país e com as perspectivas que um governo com bases efetivamente populares pode trazer, todos estão cientes das dificuldades. Um governo que chega para mexer em vespeiros intocados há séculos, estará, mais do que qualquer outro, sujeito à vigilância e crítica permanentes de todos os setores da sociedade. Certamente, não poderá agradar a todos, mas terá que ter habilidade suficiente para implantar medidas que melhorem a situação das classes menos favorecidas, tendo força e inteligência suficientes para escolher aqueles que deverão pagar a conta.

Esse tipo de comportamento, que envolve concessões em torno de políticas públicas, não é inusitado. FHC, por exemplo, concedeu um aumento para o salário mínimo acima da inflação em troca da lei que quebrava os sigilos bancário e fiscal administrativamente para efeito de combate à sonegação. Retirou a urgência do projeto da CLT em troca da aprovação da PEC que prorro-

gava a CPMF. Promoveu a rolagem da dívida dos estados e renegociou as dívidas dos produtores rurais em troca da aprovação da DRU – Desvinculação de Recursos da União, entre outros casos.

A terceira tática, a da indução, consiste na modificação das alternativas para acrescentar-lhes vantagens ou desvantagens. O fechamento de questão pelos partidos a favor ou contra determinada matéria, cuja desobediência implique punição, por exemplo, é um tipo de indução. Antes do fechamento de questão, o parlamentar poderia votar segundo sua “consciência”, mas depois do fechamento de questão ou seu voto será na direção definida pelo partido ou, caso contrário, será punido, eventualmente até com a expulsão ou negação de legenda para concorrer à reeleição ou a outro posto, por exemplo.

Uma tática que se revelou eficiente no governo FHC, por exemplo, foi a da convocação extraordinária do Congresso, tanto que nos primeiros quatro anos houve pelo menos sete convocações. As vantagens da convocação são muitas e as desvantagens quase nenhuma, exceto o salário extra dos parlamentares e algumas pequenas concessões, como liberação de emendas de pequeno valor.

Nos períodos de recesso, em geral nos meses de janeiro e julho, os deputados e senadores votam sob forte pressão psicológica por resultados, com agenda cheia, tempo curto para deliberar, ameaça de perda do salário extra por não comparecimento, além da cobrança da imprensa, com reflexo sobre a imagem do Poder Legislativo, da pressão do governo e também do poder econômico, quando a matéria lhe convém.

XI - Discurso de Sustentação das Reformas

Realmente não será fácil para o novo governo, depois de tanto criticar o FMI e o projeto neoliberal de FHC, dizer que vai honrar os acordos das dívidas, fazer o ajuste fiscal, inclusive a reforma da Previdência, e manter as metas de superávit primário, de inflação e câmbio flutuante, sem ficar chamuscado em sua imagem.

Para evitar a acusação de estar defendendo coisas que combatia historicamente, como geração de superávit primário, independência operacional do Banco Central, reforma da Previdência, cumprimento do acordo com o FMI, pagamento das dívidas interna e externa contraídas pelos governos da República, entre outros, o presidente deve agir preventivamente - enquanto goza de grande legitimidade - mostrando a relação direta entre os valores que prega e as políticas públicas que adota.

O desafio será construir um novo discurso que, de um lado seja capaz de mostrar que o ajuste conduzido por um governo de centro-esquerda será menos traumático que os dirigidos por partidos liberais, e, de outro, separe as medidas inexoráveis, muitas das quais mera adequação do país ao desenvolvimento científico e tecnológico, daquelas que resultam da manifestação de vontade do governo.

Isso certamente exigirá uma abordagem pedagógica: no primeiro caso - cujo desafio é mostrar que o ajuste feito pelo novo governo tem uma maior orientação social - será necessária uma estratégia de comunicação eficiente. No segundo, o qual envolve conceitos, a dificuldade é ainda maior, porque terá de mostrar que medidas antes classificadas como neoliberal não tinham esse caráter ideológico, enquanto as iniciativas do novo governo na área social precisam ganhar essa dimensão, para não serem vistas como mero assistencialismo.

Assim, parece indispensável que a base de sustentação do governo busque diferenciar as políticas públicas implementadas por imperativo da revolução científica e tecnológica (internet, telefonia celular, automação etc) – as quais qualquer governo, independentemente de sua ideologia, seria obrigado a implementar, sob pena de prejudicar o desenvolvimento do país – das que poderão ser implementadas por vontade do governante e, portanto, em plena sintonia com a doutrina e os princípios que professou.

O comportamento dúbio – que pretenda assumir apenas a defesa das medidas populares do governo e fazer corpo mole em relação às

iniciativas antipáticas ou impopulares – não ajuda e o ministro Luiz Gushiken, encarregado dessa importante missão, sabe disso. Assim, ou os partidos da base de sustentação entendem que são governo e assumem plenamente todas as medidas, inclusive as impopulares, ou certamente ficarão muito vulneráveis aos ataques da nova oposição, que – diga-se de passagem – possui ampla experiência em matéria de governo.

O governo, além de mostrar a herança deixada por FHC, tende a ressaltar que os recursos públicos serão administrados por gente ética e a economia feita com as reformas e com o combate a desvios, a privilégios e a sonegação fiscal será canalizada para as políticas de inclusão social, especialmente para financiar o combate à fome, ao analfabetismo, à violência

urbana, à prostituição infantil, e a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente.

O próprio Lula, em uma única frase, resumiu o que poderá ser o sentimento nacional: “o PT não pode errar”. E não explicar as diferenças e defender, com todas as suas conseqüências, as propostas e iniciativas do governo poderá ser um erro fatal.

O grande dilema do novo governo, portanto, será conciliar apoio popular com uma agenda de ajuste com custos concentrados e manter sua identidade política com o programa que o levou ao poder. Além disso, para se contrapor a uma oposição que supostamente tem clareza sobre aquilo a que se opõe, o governo precisa ser mais claro sobre o que e por que defende.

XII - Condutores da Agenda Governamental no Congresso

Os poderes dos líderes e, principalmente, dos presidentes das Casas e das Comissões, bem como dos relatores de matérias relevantes, são muito grandes e, quando estão ao lado do governo – que representa o maior e mais bem estruturado *lobby* no Congresso – podem facilitar e desobstruir o processo decisório em favor do Poder Executivo. Eles definem a agenda, o rito, a forma e as oportunidades das votações, além de constituir comissões temporárias, definir prazos, número de membros e nomear ou destituir presidentes e relatores.

O sucesso da agenda governamental, portanto, depende mais da capacidade, persistência, legitimidade e dos compromissos dos operadores políticos do governo, do que do seu conteúdo. Não adianta ter uma boa proposta se não existirem coordenação política e capacidade de persuasão para que o Poder Legislativo a aprove. Assim, o núcleo formado pelos presidentes da Câmara, do Senado e dos líderes do governo na Câmara, no Senado e no Congresso, bem como pelos líderes dos partidos aliados, terá papel fundamental nesse processo.

O êxito do governo Fernando Henrique na aprovação de sua agenda de reformas no Con-

gresso, em particular nos três primeiros anos do primeiro mandato, deveu-se em grande medida ao fato de contar com operadores políticos eficientes e principalmente com aliados nas presidências da Câmara e do Senado, respectivamente Luis Eduardo Magalhães e José Sarney.

Mais que no Senado, contar com o aliado de primeira hora na presidência da Câmara será decisivo para impulsionar a agenda de reforma do governo, já que todas proposições, exceto matéria orçamentária e vetos presidenciais, iniciam sua tramitação por esta Casa do Congresso. Assim, os projetos de lei ordinária e complementar, além das emendas constitucionais de iniciativa do Poder Executivo e medidas provisórias, são discutidos, negociados e votados primeiro pela Câmara dos Deputados.

Nesse particular, a estratégia do governo foi: a) reservar a presidência da Câmara para o deputado João Paulo, ex-líder do PT na Câmara e aliado incondicional do presidente, b) escalar o deputado Aldo Rebelo, ex-líder do PCdoB, para a liderança do Governo, pelo trânsito que goza nessa Casa do Congresso, e c) chamar um de-

putado da ala esquerdista do PT, Nelson Pelegri-
no, para a liderança do partido na Casa, buscan-
do um equilíbrio em sua base de sustentação.

João Paulo na presidência da Câmara po-
derá estar para o Governo Lula assim como Luis
Eduardo Magalhães esteve para o governo de
Fernando Henrique Cardoso, sem o concurso
do qual dificilmente FHC teria aprovado sua
agenda de reformas. Se Luis Eduardo, para
ajudar FHC na aprovação das reformas teve
que praticamente desativar o Colégio de Líde-
res, eliminar o uso de DVS (Destaque para Vo-
tação em Separado) automático por parlamen-
tar e instituir essa modalidade de destaque por
quota de bancada, João Paulo certamente será
tentado a chamar para a presidência a defini-
ção da agenda e até condicionar o uso de DVS
à prévia aprovação do Plenário, como ocorre
no Senado, onde inexistente a possibilidade de
destaque automático.

De Aldo Rebelo, na liderança do governo,
o presidente da República e o PT esperam mais
do que FHC teve de Luiz Carlos Santos, tanto
pelo prestígio e trânsito que goza junto aos seus
pares, quanto pela legitimidade que um quadro
do Partido Comunista do Brasil poderá agregar a
uma agenda de reformas, especialmente nas áre-
as previdenciária, fiscal e trabalhista. Assim, o ex-
líder do PCdoB na Câmara estará para o Gover-
no Lula assim como Roberto Freire esteve para o
Governo Itamar Franco, quando conseguiu apro-
var matérias, como as leis de patentes e portos,
que jamais um liberal conseguiria.

Do líder do PT na Câmara, cujo mandato
terá duração de apenas um ano, o governo e o par-
tido esperam que – além de liderar debates em
defesa da agenda oficial – neutralize as resistên-
cias dos setores de esquerda da bancada em rela-
ção às matérias que o presidente Lula prometeu
aprovar no Congresso, desde a independência ope-
racional do Banco Central, passando pelas refor-
mas trabalhista e tributária, até a previdenciária.

Estes três nomes, ao lado dos vice-líderes

do governo e dos líderes dos partidos aliados (PSB,
PTB, PPS etc), deverão ser os principais conduto-
res, negociadores, articuladores e debatedores da
agenda de reformas do governo na Câmara dos
Deputados. Dependerá deles, no Congresso, o su-
cesso ou o fracasso na condução das matérias de
iniciativa do Poder Executivo, já que se iniciam pela
Casa que representa o povo.

No Senado, cuja presidência coube ao PMDB
pelo critério da proporcionalidade partidária, o se-
nador José Sarney tende a se comportar com razo-
ável nível de isenção, sendo mais aliado que ad-
versário no encaminhamento das matérias de inte-
resse do governo. O fato de ter apoiado o presiden-
te Lula desde o primeiro turno e ter sido eleito com
o voto da base de apoio do governo assegura que
o presidente da Casa vai contribuir mais que dificul-
tar o andamento da agenda oficial.

A escolha do senador Aloizio Mercadante
(PT-SP) para a liderança do governo no Senado;
do senador Tião Viana (AC), para a liderança do
partido, tendo a senadora Heloísa Helena como
vice-líder; do senador Paulo Paim (PT/RS), como
primeiro vice-presidente do Senado e do senador
Eduardo Suplicy (PT/SP), como presidente da Co-
missão de Assuntos Econômicos da Casa, dão a
segurança de que os assuntos de governo serão
tratados com a devida celeridade.

Os nomes-chave dos quais o governo de-
pende para conduzir a operação política no Con-
gresso, então, serão o deputado João Paulo, pre-
sidente da Câmara, o senador José Sarney, presi-
dente do Senado, o líder do governo na Câmara,
Aldo Rebelo (PC do B/SP) e – por sua legitimidade
e qualidades individuais – o líder do governo no
Senado e no Congresso, senador Aloizio Merca-
dante. O simples fato de acumular duas lideran-
ças já é uma demonstração de apreço e confian-
ça que o presidente da República deposita em
Aloizio Mercadante, nome que terá papel de des-
taque nas articulações e negociações no Congres-
so, mesmo na fase inicial de tramitação das refor-
mas, pela Câmara dos Deputados. Montou, para
tanto, uma superestrutura.

XIII - Debatedores das Reformas – Situação e Oposição

O debate nas comissões – permanentes ou temporárias – e no plenário tende a ser dos mais intensos nesta nova legislatura iniciada oficialmente em fevereiro de 2003, menos pela renovação do Congresso e mais pela mudança de governo no plano federal, com a oposição de antes sendo a situação de hoje.

O novo Congresso, renovado em média 46,23% (44,9% na Câmara e 49,4% no Senado), parece mais equilibrado em termos de forças políticas e, por isso, tende a ser o palco de grandes debates, articulações, formulações e negociações.

A coalizão que deu sustentação a FHC (PSDB/PFL/PMDB/PPB), que reunia a maioria absoluta do Congresso, sempre fugiu do debate, inclusive das matérias que exigiam *quorum* qualificado, como as emendas constitucionais. Preferia o processo de barganha e o rolo compressor a alterar o conteúdo das iniciativas do governo a partir do debate com a oposição.

A nova base de sustentação do governo, formada pela coalizão de centro-esquerda (PT/PCdoB/PSB/PPS/PL/PTB), ao contrário da coalizão que deu sustentação a FHC, será forçada a debater e a

ceder muito às iniciativas governamentais, inclusive porque depende dos votos da nova oposição, não podendo fazer uso do rolo compressor.

Essa nova realidade política do país, em lugar de atrapalhar, pode ajudar no aperfeiçoamento das políticas públicas, até porque a nova oposição, que já foi governo, terá grandes contribuições a oferecer. O debate, portanto, será muito saudável e tem tudo para ser construtivo.

Oposição e situação dispõem de bons quadros, com experiência e formação adequada para o debate, que tende a se concentrar nos temas sociais, econômicos, de infra-estrutura e jurídico/institucionais.

Essa classificação entre oposição e situação é apenas formal, já que muitos dos deputados e senadores que não fazem parte da base de sustentação do governo, que teoricamente estariam na oposição, como o PMDB, por exemplo, poderão apoiar o governo mais do que alguns membros de partidos da base de sustentação, como o PTB e PDT. O fundamental é apontar os nomes que irão contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Deputados e Senadores por Posicionamento Político

ÁREA SOCIAL

SITUAÇÃO	OPOSIÇÃO
Aldo Rebelo (PCdoB/SP)	Darcísio Perondi (PMDB/RS)
Ângela Guadagnin (PT/SP)	Enéas Carneiro (PRONA/SP)
Arlindo Chinaghia (PT/SP)	José Pinotti (PDMB/SP)
Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	Jovair Arantes (PDSB/GO)
Carlito Merss (PT/SC)	Inocêncio de Oliveria (PFL/PE)
Carlos Abicalil (PT/MT)	Moreira Franco (PMDB/RJ)
Carlos Mota (PL/MG)	Osmânio Pereira (PSDB/MG)
Chico Alencar (PT/RJ)	Pedro Henry (PPB/MT)
Coubert Martins (PPS/BA)	Raul Jungmann (PMDB/PE)

SITUAÇÃO

OPOSIÇÃO

Dr. Rosinha (PT/PR)
 Dr^a Clair (PT/PR)
 Fernando Coruja (PDT/SC)
 Fernando Gabeira (PT/RJ)
 Gilmar Machado (PT/MG)
 Henrique Fontana (PT/RS)
 Luiza Erundina (PSB/SP)
 Jandira Feghalli (PC do B/RJ)
 Maria José da Conceição – Maninha (PT/DF)
 Medeiros (PL/SP)
 Paulo Rocha (PT/PA)
 Professor Luizinho (PT/SP)
 Sandro Mabel (PL/GO)
 Sarney Filho (PV/MA)
 Vicente de Paula da Silva (PT/SP)
 Sen. Flávio Arns (PT/PR)
 Sen. Heloísa Helena (PT/AL)
 Sen. Paulo Paim (PT/RS)
 Sen. Tião Viana (PT/AC)

Saraiva Felipe (PMDB/MG)
 Severino Cavalcanti (PPB/PE)
 Sen. ACM (PFL/BA)
 Sen. Roseana Sarney (PFL/MA)
 Sen. Ney Suassuna (PMDB/PB)
 Sen. Romero Jucá (PSDB/RR)

Área de Infra-Estrutura

Alexandre Cardoso (PSB/RJ)
 Beto Albuquerque (PSB/RS)
 Bispo Rodrigues (PL/RJ)
 Carlos Santana (PT/RJ)
 Fernando Ferro (PT/PE)
 João Hermann (PPS/SP)
 Luciano Zica (PT/SP),
 Mauro Passos (PT/SC)
 Nelson Proença (PPS/RS)
 Walter Pinheiro (PT/BA)
 Sen. Delcídio Amaral (PT/MS)

Alberto Goldmann (PSDB/SP)
 Eliseu Padilha (PMDB/RS)
 Eliseu Resende (PFL/MG)
 Eunício Oliveira (PMDB/CE)
 Geddel Vieira Lima (PMDB/BA)
 Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)
 José Carlos Aleluia (PFL/BA)
 José Roberto Arruda (PFL/DF)
 Júlio Semeghini (PSDB/SP)
 Luiz Carlos Santos (PFL/SP)
 Nárcio Rodrigues (PSDB/MG)
 Sen. Antero de Barros (PSDB/MG)
 Sen. Eduardo Azeredo (PSDB/MG)
 Sen. Hélio Costa (PMDB/MG)
 Sen. Tarso Jereissati (PSDB/CE)
 Sen. Teotônio Vilela (PSDB/AL)

Institucional/Jurídico

Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ)
 Luiz Antônio Fleury Filho (PTB/SP)
 Luiz Eduardo Greenhalgh (PT/SP)
 Maurício Rants (PT/PE)
 Miguel Arraes (PSB/PE)
 Nelson Pelegrino (PT/BA)

Aloísio Nunes Ferrerias (PSDB/SP)
 Barbosa Neto (PMDB/GO)
 Bonifácio de Andrada (PSDB/MG)
 Denise Frossar (PSDB/RJ)
 Gustavo Fruet (PMDB/PR)
 Inaldo Leitão (PSDB/PB)

SITUAÇÃO	OPOSIÇÃO
Neiva Moreira (PDT/MA)	Jader Barbalho (PMDB/PA)
João Paulo (PT/SP)	José Thomaz Nôno (PFL/AL)
José Eduardo Cardoso (PT/SP)	Jutahy Junior (PSDB/BA)
Paulo Delgado (PT/MG)	Mendes Ribeiro (PMDB/RS)
Patrus Ananias (PT/MG))	Michel Temer (PMDB/SP)
Roberto Jefferson (PTB/RJ)	Morani Torgan (PFL/CE)
Sigmaringa Seixas (PT/DF)	Ney Lopes (PFL/RN)
Wagner Lago (PDT/MA)	Ricardo Fiúza (PPB/PE)
Sen. Antônio Carlos Valadares (PSB/SE)	Roberto Magalhães (PFL/PE)
Sen. Geraldo Mesquita (PSB/AC)	Sen. Artur Virgílio (PSDB/AM)
Sen. Jefferson Peres (PDT/AM)	Sen. Heráclito Fortes (PFL/PI)
	Sen. José Sarney (PMDB/AP)
	Sen. Marco Maciel (PFL/PE)
	Sen. Ramez Tebet (PMDB/MS)
	Sen. Renan Calheiros (PMDB/AL)

Econômico/Financeiro

Eduardo Campos (PSB/PE)	Abelardo Lupion (PFL/PR)
Fernando Lopes (PSB/RJ)	Armando Monteiro (PMDB/PE)
Fernando Giacobbo (PPS/PR)	Custódio Matos (PSDB/MG)
João Grandão (PT/MS)	Danilo de Castro (PSDB/MG)
Jorge Bittar (PT/RJ)	Delfim Neto (PPB/SP)
José Pimentel (PT/CE)	Francisco Dornelles (PPB/RJ)
Paulo Bernardo (PT/PR)	José Múcio Monteiro (PFL/PE)
Pompeu de Mattos (PDT/RS)	Luiz Carlos Haully (PSDB/PR)
Sérgio Miranda (PCdoB/MG)	Márcio Reinaldo (PPB/MG)
Valdemar Costa Neto (PL/SP)	Mussa Demes (PFL/PI)
Virgílio Guimarães (PT/MG)	Pauderney Avelino (PFL/AM)
Sen. Aloizio Mercadante (PT/SP)	Ricardo Barros (PPB/PR)
Sen. Ana Júlia Carepa (PT/PA)	Roberto Brant (PFL/MG)
Sen. Eduardo Suplicy (PT/SP)	Rodrigo Maia (PFL/RJ)
Sen. Osmar Dias (PDT/PR)	Ronaldo Caiado (PFL/GO)
Sen. Saturnino Braga (PT/RJ)	Ronaldo César Coelho (PSDB/RJ)
	Yeda Crusius (PSDB/RS)
	Sen. Jonas Pinheiro (PFL/MT)
	Sen. Jorge Bornhausen (PFL/SC)
	Sen. Lúcia Vânia (PSDB/GO)
	Sen. Sérgio Guerra (PSDB/PE)

XIV - Base Parlamentar

O grande desafio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe será formar uma maioria capaz de transformar em políticas públicas os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, cujo conteúdo dependerá, em grande medida, do apoio do Congresso.

Há uma enorme expectativa na população de progresso social no país, e isto depende da estabilidade e do crescimento econômico, que por sua vez demandam algumas reformas que exigem a aprovação do Congresso Nacional, notadamente as reformas previdenciária, trabalhista e sindical, tributária, agrária e política.

O novo governo tem uma vantagem enorme nesse quesito – mesmo não contando com uma maioria capaz de lhe dar sustentação sem necessidade de alianças pontuais – que é o fato de não ter um PT (com as características de antes) lhe fazendo oposição.

O Partido dos Trabalhadores – escudado no fato de ser minoria – fazia uma oposição implacável ao Governo Federal, tanto do ponto de vista da governança, em alguns casos atacando a legitimidade do titular do poder perante os movimentos sociais, notadamente o sindical e o estudantil, quanto em relação ao conteúdo das políticas públicas, sobretudo nas áreas econômicas e sociais, votando, de forma sistemática, contra no Poder Legislativo e questionando sua constitucionalidade e legalidade perante o Poder Judiciário.

O comportamento, da nova oposição – que já foi governo – pelo menos nessa fase inicial da gestão, tende a ser pautada pela ética da responsabilidade, inclusive por saber que sem seus votos nenhuma matéria que exija

quorum qualificado será aprovada no Congresso. Assim, em lugar de simplesmente bloquear o processo decisório ou votar contra as iniciativas do governo, buscará, antes de tudo, influenciar o conteúdo das políticas públicas, até porque sua intransigência poderá levar o país a uma situação de ingovernabilidade.

Esse novo cenário traz como novidade o fim do rolo compressor, praticado à exaustão no governo FHC. A nova correlação de forças no Congresso exigirá uma negociação permanente, principalmente com os partidos de centro e perfil social-democrata, como o PMDB e o PSDB, que serão os fiadores da governabilidade, desde que influenciem o conteúdo das propostas governamentais.

De modo geral, o governo poderá contar com o apoio consistente de algo como 250 deputados, formado pelos sete partidos que fizeram parte da coalizão que lhe deu sustentação no segundo turno, com o apoio condicionado de algo como 150 deputados, especialmente do PSDB, PPB e PMDB, que buscarão influenciar o conteúdo das políticas públicas, e oposição de algo como 113 deputados, distribuídos nos vários partidos, com concentração no PFL.

No Senado, a situação será muito parecida. O governo deverá ter o apoio consistente de algo como 35 senadores, integrantes dos partidos aliados, apoio condicionado de 30, formado basicamente por senadores do PMDB e PSDB, e oposição de 21, majoritariamente do PFL.

Observa-se que a situação, embora exija negociações pontuais, parece mais confortável para o Governo Lula do que seria para um eventual governo Serra, já que ele teria veto em relação a matéria constitucional, pelo expressivo crescimento do PT nas últimas eleições.

XV – Obstáculos ao Processo Decisório no Congresso

Além dos dois atores institucionais no processo decisório – o Poder Executivo e o Poder Legislativo – o Governo Federal pretende também contar com a participação da sociedade civil organizada, que seria convidada a integrar os fóruns de debate e formulação da agenda de reformas, particularmente o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o qual ficaria encarregado dessa tarefa no governo, como forma de facilitar a tramitação de matérias no Congresso.

Imaginam os estrategistas do governo que após um consenso mínimo nas instâncias consultivas, a proposta que o Poder Executivo ou o Governo Federal, por intermédio do presidente da República, fizer chegar ao Poder Legislativo, encontrará menos resistências daqueles a quem compete deliberar conclusivamente sobre elas: os deputados e senadores.

A tramitação no Congresso Nacional é um processo complexo e – quando se trata de matéria que exige quorum qualificado, como Proposta de Emenda Constitucional (PEC) – requer muito tempo e muita capacidade de negociação. A PEC passa inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça, tanto da Câmara como do Senado, segue para uma Comissão Especial, no caso da Câmara, onde tramita por até 40 sessões, algo como 60 dias, sendo as dez primeiras sessões destinadas a debate e recebimento de emendas,

que só serão aceitas se subscritas por um terço dos deputados (172), e depois vai para votação em dois turnos no Plenário. A matéria só será considerada aprovada se obtiver, em cada turno, 3/5 dos votos, respectivamente 308 na Câmara e 49 no Senado.

Na fase de tramitação, tanto na Comissão Especial, quanto nos dois turnos do plenário, os partidos poderão destacar partes da Emenda Constitucional ou do Substitutivo que vier a ser adotado pelo relator para que sejam votadas separadamente. Isto significa que a primeira votação aprova o texto global ou parecer do relator, menos as partes destacadas, que serão objeto de votação individual específica, para cuja aprovação exige-se 3/5 de votos. Os partidos com bancada entre 5 e 24 deputados têm direito a um destaque automático; as bancadas com entre 25 e 49 deputados fazem jus a dois; as agremiações com entre 50 e 74 deputados têm direito a três e as legendas com mais de 74 deputados podem apresentar quatro DVSSs.

Além disto, a relatoria da PEC, dependendo de um sistema de rodízios entre os partidos, poderá ficar a cargo de um parlamentar de partido de oposição, que poderá realmente inviabilizar a aprovação da matéria, já que o relator é o único que tem a prerrogativa de modificar o texto a ser votado, independentemente de existir ou não emenda tratando da matéria.

XVI – Condições para o Êxito

O êxito do Governo, além da equipe ministerial, dependerá de uma série de fatores, entre outros, da popularidade do presidente, da coordenação política e da velocidade com que a agenda de reformas for votada no Congresso. Há facilidades que precisam ser potencializadas e dificuldades que necessitam ser superadas.

Entre as facilidades podemos apontar: i) a

convicção e unidade do governo em torno da necessidade e urgência das medidas (embora não haja consenso, ainda, quanto a seu conteúdo), ii) a existência de uma oposição que não será hostil à agenda de reforma, inclusive porque deu apoio a ela quando era governo, iii) a popularidade do presidente, iv) a metodologia de articulação, formulação e negociação do conteúdo das propostas, que terão a participação da sociedade civil organizada, e

v) o apoio da imprensa, dos governadores e prefeitos, do mercado e da banca internacional.

As dificuldades também não são pequenas, a começar pela exigência de quorum qualificado de 3/5 para aprovação nas duas Casas do Congresso, em dois turnos de votação cada, passando pelo conteúdo das reformas, algumas das quais absolutamente impopulares, até a resistência de setores politicamente influentes, eleitoralmente fortes e socialmente organizados.

É condição para êxito – na eventualidade de o governo não alcançar os 308 votos na Câmara e os 49 no Senado – a convocação de uma mini-constituente, que possa deliberar com o quorum de maioria absoluta. Esta hipótese, entretanto, só será considerada, conforme especificado no tópico que cuida da estratégia, se o governo correr o risco de tornar-se refém, como foi FHC, dos 3/5, porque isto levaria inevitavelmente à prática do fisiologismo.

XVII – Perspectivas e Desafios do Governo Lula

As perspectivas para o novo governo, apesar das dificuldades, são animadoras. O governo possui um bom diagnóstico do país (e um bom diagnóstico pode se tornar um bom prognóstico), está consciente de suas limitações, goza de grande credibilidade e legitimidade (medidas pela eleição e pelos elevados índices de popularidade), propõe uma agenda ética e moralmente defensável, que coincide com o interesse público, e, principalmente, possui equipe e disposição para enfrentar os problemas da forma mais justa e honesta possível.

Os desafios são muitos e complexos, mas não são intransponíveis ou insuperáveis. O primeiro será manter a estabilidade, domando a inflação e segurando a cotação do dólar. O segundo deles será equilibrar as finanças públicas. O terceiro será contar com a colaboração do Congresso, sem o concurso do qual não reunirá condições mínimas de governabilidade. O quarto será conquistar os servidores, recuperando sua autoestima e devolvendo-lhes a dignidade. O quinto é manter a equipe coesa e motivada. O sexto é manter a legitimidade, respaldada por elevados índices de popularidade, o que exige o cumprimento das promessas de campanha.

Para dar conta dos desafios e responder positivamente à esperança e à confiança sufragadas pelas urnas terá que priorizar uma agenda positiva, radicalizar na transparência dos atos públicos, adotar uma política de comunicação eficiente, valorizar o funcionalismo e tratá-lo como servidor do Estado, manter uma relação harmoniosa e respeitosa para com os poderes Legislativo e Judiciário, e, principalmente, desenvolver uma boa coordenação da ação governamental, de um lado para ser eficiente e eficaz, maximizando esforços e evitando desperdícios, e, de outro, para dar exemplo de honestidade e ética na condução da coisa pública.

Assim, se o governo, dentro de suas linhas gerais de conduta, estabelecer um tratamento equânime aos agentes econômicos e sociais – honrando os contratos e acordos firmados com pessoas jurídicas e respeitando os direitos adquiridos e o ato jurídico perfeito das pessoas físicas que têm relação de trabalho com o Estado, desde que sejam legais, morais e não caracterizem privilégios – não terá oposição intransigente nas mudanças que pretende promover, como disse o próprio presidente, de forma gradativa e continuada, com participação da sociedade e sem surpresas.

Anexo I

Quem é Quem no Governo Lula



Luís Inácio Lula da Silva, 57 anos, pernambucano, casado, metalúrgico. Iniciou sua trajetória política em 1972 como membro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em São Paulo, sendo presidente da entidade por dois mandatos (1975 e 1978). Em 1980, foi peça chave na fundação do Partido dos Trabalhadores. Em 1982, concorreu ao governo do Estado de São Paulo e, em 1986, candidatou-se ao cargo de deputado federal. Eleito deputado Constituinte, o mais votado do país, atuou como líder do Partido dos Trabalhadores, demonstrando-se um negociador competente e incansável batalhador na defesa dos interesses dos direitos sociais dos trabalhadores, o que lhe rendeu prestígio, reconhecimento e nota dez do DIAP pela sua atuação parlamentar. Quatro vezes candidato a presidente da República (1989, 1994, 1998 e 2002) elegeu-se em 2002, em 2º turno, presidente da República com 52.793.364 votos (61,27% dos votos válidos).

CASA CIVIL

Ministro José Dirceu de Oliveira e Silva (PT/SP)

Advogado, 58 anos, 3º mandato federal, mineiro. Fundou o PT e no partido exerceu vários cargos, chegando a sua presidência em 1995, onde permaneceu por sete anos consecutivos.



José Dirceu iniciou em 1965 o curso de Direito na PUC/SP e sua atuação no movimento estudantil, assumindo, em 1967, a presidência da União Estadual dos Estudantes (UEE-SP). Em 1968, foi preso em Ibiúna, durante a realização do XXX Congresso da UNE. Em setembro de 1969, teve sua nacionalidade cassada e foi banido do país. Durante o exílio, trabalhou e estudou em Cuba. De volta ao Brasil, em 1975, foi morar no interior do Paraná, fez cirurgia plástica e adotou nova identidade por causa da clandestinidade. Só voltou a morar em São Paulo em dezembro de 1979, beneficiado pela Lei da Anistia. Entre 1981 e 1986, foi secretário de Formação Política (1981/83) e secretário-geral do Diretório Nacional do PT; em 1986, elegeu-se deputado estadual e, desde 1989, passou a ser um dos principais coordenadores da campanha presidencial de Lula.

Durante seu primeiro mandato federal (1991-1995), foi autor, juntamente com o senador Eduardo Suplicy, do requerimento que criou a CPI do Caso Collor-PC, que investigou as denúncias sobre o esquema PC e apurou as irregularidades que leva-

ram ao impeachment do ex-presidente Collor. Em 1994, candidatou-se ao governo de São Paulo, mas perdeu as eleições para Mário Covas. Após as eleições, participou da coordenação do Programa de Combate à Corrupção, do Instituto Cidadania. Iniciou seu segundo mandato como deputado federal em 1999 e, em 2002, foi reeleito com a segunda maior votação da Câmara Federal, 556.563 votos. Membro da ala moderada do PT, sua atuação vem sendo marcada pela fiscalização dos gastos públicos. Destaca-se como articulador.

Atribuições/desafios: promover a coordenação política e a ação governamental, uma tarefa gigantesca que inclui desde a parte administrativa, que envolve a assessoria direta ao presidente na preparação e filtragem dos atos oficiais, passando pelo relacionamento com o Congresso Nacional e com os partidos políticos, bem como a interlocução com os entes federativos, até o controle sobre nomeações e liberação de emendas do orçamento.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Ministro Antônio Palocci Filho (PT/SP)

Médico, 42 anos, paulista. Quando estudante, militou na Libelu (Liberdade e Luta), movimento de tendência trotskista. Em 1980, filiou-se ao PT e passou a integrar a corrente "O Trabalho", também de tendência trotskista.



Antônio Palocci é médico sanitário, formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Trabalhou durante cinco anos na Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Após este período dedicou-se à atividade política. Quando entrou na vida pública, optou pelo setor mais moderado do partido. Em 1989, elegeu-se vereador de Ribeirão Preto. Em 1991, ocupou o cargo de deputado estadual. Entre 1993 e 1996, comandou a Prefeitura de Ribeirão Preto.

Sua administração à frente da cidade de Ribeirão Preto foi marcada pela inovação em todas as áreas: saneamento, participação comunitária nas decisões do município, atenção especial à criança e parcerias com a iniciativa privada. Em 1995, como prefeito, recebeu o prêmio “Criança e Paz -1995” do Unicef (o fundo das Nações Unidas para a infância) pela qualidade dos serviços de atenção à infância realizados em seu governo. Em 1996, recebeu o prêmio Juscelino Kubitschek do Sebrae-SP, por ser o município do Estado que mais apoiou a micro e pequena empresa. Contudo, foi na área de parcerias com a iniciativa privada que o governo de Antônio Palocci mais se destacou. Ele promoveu uma grande reforma das relações entre os setores público e privado, resultando em grandes investimentos para a cidade.

Entre 1997 e 1998, foi presidente do PT do Estado de São Paulo. Em 1999, elegeu-se deputado federal, destacando-se pela autoria do projeto de lei que cria o Sistema Nacional do Primeiro Emprego. No ano seguinte, renunciou ao cargo para ocupar, mais uma vez, a Prefeitura de sua cidade. Em 2002, assumiu a coordenação do Programa de Governo de Lula em razão da morte do antigo coordenador, o prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel. Desligou-se da Prefeitura em novembro do mesmo ano para assumir a coordenação do Governo de Transição de Lula.

Atribuições/desafios: acalmar o mercado, manter a estabilidade, ser guardião da lei de responsabilidade fiscal, equilibrar os gastos públicos, garantir o cumprimento das metas de superávit primário, honrar os contratos e acordos das dívidas interna e externa, promover as reformas do sistema financeiro e do mercado de capitais, dar autonomia operacional para o Banco Central

e mudar a Lei de Falência, além de apoiar a reforma da Previdência e enviar ao Congresso a Lei de Responsabilidade Monetária.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ministro Cristóvam Buarque (PT/DF)

Senador, 1º mandato, economista, pernambucano. Formado em engenharia mecânica e doutor em economia pela Universidade de Paris, trabalhou no BID em Washington (1973 a 1979). Entre 1985 e 1989, exerceu o cargo de reitor da Universidade de Brasília. Filiou-se ao PT em 1990 e, em 1994, elegeu-se governador do Distrito Federal. Neste período, ficou conhecido pela implementação do Programa Bolsa-Escola, premiado no Brasil e no exterior e que continua, até hoje, a fazer uma revolução na educação e na luta contra a pobreza em todo o mundo.



Tentou a reeleição, mas perdeu para Joaquim Roriz (PMDB). Exerceu a presidência da Universidade da Paz das Nações Unidas em 1997 e 1998. Prestou consultoria a diversos organismos nacionais e internacionais dentro das Nações Unidas e participou da Comissão Presidencial para a Alimentação, dirigida por Betinho. Foi criador da ONG “Missão Criança”, organização que implementa políticas públicas voltadas às crianças. A Missão Criança, com o Projeto Bolsa Escola Cidadã, financiado exclusivamente com recursos privados, mantém mais de mil famílias, beneficiando 3 mil crianças, em 19 municípios brasileiros. Na ONG, Cristóvam assessorou vários governos estaduais e prefeituras na implantação da Bolsa Escola e ajudou países como o México, Guatemala, Chile, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Tanzânia. Assim, Cristóvam Buarque é conhecido pela defesa da educação e de políticas de inclusão social.

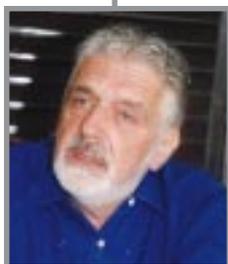
Ao longo de sua carreira, Cristóvam Buarque publicou 18 livros e participou de dezenas de livros em conjunto, além de ser colunista em jornais e revistas de grande circulação. Em 2002, foi o senador mais votado do Distrito Federal, com 680.615 votos.

Atribuições/desafios: em cooperação com os entes federativos, terá como desafio a universalização dos ensinos infantil, fundamental e médio; em parceria com organizações da sociedade civil organizada, atuará para abolir o analfabetismo, promover a assistência às famílias carentes para manter filhos na escola, fortalecer o ensino profissionalizando e dar atenção à educação especial e à educação à distância, além de democratizar o acesso à universidade pública para alunos carentes.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Ministro Jaques Wagner (PT/BA)

Ex-deputado, técnico em manutenção, 51 anos, carioca. Deputado federal por três mandatos consecutivos desde 1991, iniciou sua trajetória política atuando no movimento estudantil a partir de 1968, quando presidiu o diretório acadêmico da Faculdade de Engenharia da PUC do Rio de Janeiro. Entre 1987 e 1989, presidiu o Sindicato dos Químicos da Bahia. Foi fundador do PT e da CUT na Bahia. Durante seus mandatos destacou-se como debatedor e fiscalizador da implementação de políticas públicas. Engajou-se no trabalho da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investigou as irregularidades das privatizações. Participou das Comissões de Economia, de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente e do Trabalho. Quando líder do PT na Câmara, lutou contra a abertura da economia brasileira pautada em bases neoliberais, sendo contra as emendas constitucionais da ordem econômica. Faz parte da ala moderada do PT na Bahia e goza de bom trânsito no Congresso. Em 2000, foi candidato à Prefeitura de Camaçari-BA, mas não se elegeu. Em 2002, disputou o governo do Estado da Bahia e não obteve sucesso.



Atribuições/desafios: promover a geração de emprego e renda; modificar a legislação trabalhista e sindical, retirar do Congresso o projeto que flexibiliza a CLT; incentivar a formalização do emprego; combater as formas degradantes de

exploração do trabalho (escravo e infantil); desenvolver programas de formação profissional; intensificar a fiscalização das comissões de conciliação prévia e do uso dos recursos do FAT; reduzir o número de acidentes do trabalho; e, principalmente, coordenar o fórum nacional do trabalho, instância encarregada da definição das iniciativas dos agentes econômicos e sociais em matérias trabalhistas e sindicais.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Ministro Humberto Costa (PT/PE)

Ex-deputado federal, médico, professor universitário e jornalista, 45 anos, pernambucano. Iniciou sua vida política em 1975 no movimento estudantil universitário. Presidiu a Associação Pernambucana de Médicos Residentes e foi primeiro-secretário do Sindicato dos Médicos de Pernambuco. Pós-graduado em Medicina Geral Comunitária, Clínica Médica e Psiquiátrica, lecionou no Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva (NESC), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e está concluindo o mestrado em Ciências Políticas na UFPE.



Participou da fundação do PT no Estado. Ocupou diversos cargos no partido, desde a presidência regional à secretaria-geral. Em 1990, elegeu-se deputado estadual e, em 1994, foi eleito deputado federal, quando atuou na defesa de mudanças na Previdência Social. Em 1998, candidatou-se ao Senado, mas não se elegeu. Em 2000, foi eleito vereador do Recife. No ano seguinte, foi convidado para assumir a Secretaria Municipal de Saúde da cidade, onde se destacou pela implantação do Programa de Saúde Ambiental (PSA) e pela ampliação do Programa de Saúde da Família. Em 2002, Humberto Costa disputou o governo de Pernambuco e ficou em 2º lugar com 1.165.531 de votos (34,1%).

Atribuições/desafios: Estruturalmente, ampliar o atendimento domiciliar, priorizar o aspecto nutricional das gestantes e crianças, descentralizar o atendimento médico-hospitalar, combater o tabagismo, estimular a substituição de im-

portações de insumos de produtos farmacêuticos e incentivar a produção de medicamentos genéricos. Emergencialmente, combater a dengue e iniciar o programa de farmácias populares.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ministra Maria Osmarina Marina Silva de Lima (PT/AC)

Senadora, 2º mandato, professora, 44 anos, acreana. Em 1984, com Chico Mendes, fundou a CUT no Acre. Liderando o movimento sindical no Estado, Marina filiou-se ao PT em 1985 e assessorou Chico Mendes em sua candidatura a deputado estadual. Em 1988, foi eleita vereadora. Dois anos mais tarde, ocupou o cargo de deputada estadual. Formada em história, vinculada aos movimentos ecológicos e sindicais, conquistou uma cadeira no Senado Federal em 1994, onde foi líder do bloco de oposição – PT, PDT, PSB e PPS. Importantes projetos, como o de regulamentação do acesso aos recursos da biodiversidade, e mais as decisivas intervenções nos principais momentos do debate político, trouxeram-lhe o reconhecimento da opinião pública.



Em 1995, assumiu a Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT, lá permanecendo até 1997. Sua atuação tem sido concentrada nas áreas de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, cidadania e direitos humanos. Segundo a ONU, está entre as vinte e cinco mulheres mais importantes do mundo na área de desenvolvimento sustentável das áreas verdes. No Parlamento, sempre se destacou por sua habilidade como debatedora e trânsito em todos os partidos. Em 2002, foi reeleita senadora.

Atribuições/desafios: Em parceria com ONGs, desenvolver um intenso programa de educação e conscientização da importância para a qualidade de vida do meio ambiente sadio, promover o programa sede zero, controlar a emissão de resíduos poluentes, combater a exploração desordenada da fauna e flora, a partir de políticas de preservação, conservação e utiliza-

ção sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas, além do zoneamento ecológico-econômico e a integração entre meio ambiente e produção.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ministro Celso Luiz Nunes Amorim

Embaixador, 60 anos, paulista. Diplomata de carreira e doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pela Escola de Economia e Ciência Política de Londres (1968-1971), assumiu, em 1979, a diretoria-geral da Embrafilme. Durante o governo Sarney, foi secretário especial de assuntos internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia (1987-1988). Em 1989, tornou-se ministro de primeira classe do Itamaraty e exerceu o cargo de diretor-geral para assuntos culturais do Ministério das Relações Exteriores. Entre 1990 e 1991, assumiu a diretoria-geral para assuntos econômicos do Ministério das Relações Exteriores. Foi embaixador em Genebra (1991-1992) e secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores (1993) até assumir o posto de ministro das Relações Exteriores (1993-1994), no governo de Itamar Franco. Sua atuação tem sido caracterizada pela diplomacia multilateral e pela luta em prol do fortalecimento das relações brasileiras com o continente sul-americano. Embaixador do Brasil no Reino Unido e nomeado embaixador do Brasil junto a ONU, foi responsável pela chefia de comissões do Conselho de Segurança e pela emissão de relatórios sobre o Iraque.



Atribuições/desafios: criar condições para a inserção soberana do Brasil no mundo globalizado, defender os interesses das empresas nacionais no exterior, combater as barreiras tarifárias aos produtos brasileiros, ampliar as alianças e comércio com países como China, Índia, África do Sul e Rússia, buscar tecnologia e investimentos produtivos e, principalmente, assessorar o governo brasileiro na relação com os blocos econômicos, desde o Mercosul, passando pela União Européia até a criação da ALCA.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Ministro Roberto Rodrigues

Engenheiro agrônomo, agricultor, 62 anos, paulista. Atuou como professor de Economia Rural da Unesp de Jaboticabal. Foi secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo durante o governo Fleury (1993-1994). Presidiu a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), foi secretário-geral da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira e presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Coordenou o Fórum Nacional da Agricultura (FNA) e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Desde 1999, preside a Abag (Associação Brasileira de Agribusiness), entidade que reúne grandes empresas de agribusiness. Representa o setor privado rural no Conselho Empresarial de Comércio Exterior do Itamaraty. É defensor da associação entre o governo e a iniciativa privada para aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo.



Atribuições/desafios: ampliar as linhas

de crédito rurais, aumentar a produção de grãos, manter estoques reguladores estratégicos, inclusive para atendimento ao Programa Fome Zero, ampliar as exportações, incentivar o cooperativismo, criar o seguro rural, promover campanhas de vacinação e controle sanitário animal e vegetal, prestar assistência técnica e desenvolver pesquisas tecnológicas em agricultura e pecuária, além de levar energia elétrica às áreas rurais.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO

Ministro Luiz Fernando Furlan

Empresário, engenheiro químico, 56 anos, paulista. Fez carreira na Sadia, uma das maiores empresas exportadoras do país, e preside seu Conselho de Administração. É o segundo vice-presidente



da Fiesp (2001-2004). Participa, ainda, do Conselho de Administração da Telefônica e da Panamco, a maior engarrafadora da Coca-Cola no Brasil. Já presidiu a Associação Brasileira de Exportadores de Frango (Abef) e o Fórum de Líderes do Mercosul. Caracteriza-se por sua capacidade de negociação. Furlan é defensor do crescimento da exportação brasileira por meio da criação de um órgão competente, ligado ao presidente da República, para coordenar o comércio exterior.

Atribuições/desafios: aumentar as exportações e promover a substituição de importações, como forma de ampliar as divisas e gerar emprego e renda; apoiar as pequenas e micro-empresas; melhorar a competitividade, a partir de incentivos financeiros e apoio científico e tecnológico aos produtores nacionais; aumentar a eficiência e combater os desperdícios na indústria, comércio e serviços, além de implementar uma política agressiva de comércio exterior, inclusive com presença nos organismos internacionais que regulam o setor.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro Márcio Thomaz Bastos

Advogado, 66 anos, paulista. Formou-se advogado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e começou a advogar em 1958. Atuante na área criminal, participou, como advogado de acusação, do julgamento que condenou os assassinos do seringueiro Chico Mendes em 1971. Presidiu a OAB-SP (1983-1985) e o Conselho Federal da OAB (1987-1989). Fundou, juntamente com Severo Gomes e Jair Meneghelli, a “Ação pela Cidadania” do Instituto de Defesa dos Direitos de Defesa (IDDD), entidade criada para dar atendimento jurídico a quem não tem dinheiro para contratar um advogado e tirar da prisão quem legalmente não deveria estar mais na prisão. Bastos colaborou na elaboração das propostas do programa de



governo de Lula para o combate à corrupção. Como consultor político-institucional do PT, coordenou a área da Justiça e Segurança do Governo Paralelo.

Atribuições/desafios: Melhorar a segurança pública, combater o tráfico e o crime organizado, reformar o sistema penitenciário brasileiro, promover a defesa da ordem econômica e os direitos do consumidor, propor reformas para o Judiciário que universalizem a prestação jurisdicional, combater a prostituição infantil, potencializar o uso da polícia federal, inclusive no apoio às carreiras de fiscalização e arrecadação de tributos, e garantir assistência judicial e extrajudicial aos mais necessitados.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Ministra Dilma Rousseff (PT/RS)

Economista, 55 anos, mineira. Entre 1986 e 1988, foi secretária da Fazenda de Porto Alegre. Em 1991, presidiu a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Ocupou o cargo de secretária de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul entre 1993 e 1994. Reassumiu o cargo de secretária em 1999, permanecendo até o ano de 2002. Ex-militante do PDT, filiou-se ao PT em 2001 devido à quebra da aliança entre o PT e o PDT no Estado. Fundou no PT a tendência trabalhista. Durante a campanha de Lula, incorporou o Projeto Energia Elétrica, do Instituto Cidadania, ao Programa de Governo de Lula e integrou a equipe de transição. Sua indicação para o Ministério foi técnica e não política.



Atribuições/desafios: reestruturação do setor energético, resgatar o poder regulador do Ministério, rever a política de reajuste das tarifas públicas previstas nos contratos de concessão, promover parceria entre setor público e privado, rever o mercado atacadista de energia, e, principalmente, adotar medidas emergenciais que evitem o apagão.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Ministro Miguel Soldatelli Rossetto (PT/RS)

Ex-vice-governador, técnico em mecânica, 42 anos, gaúcho. Iniciou sua militância política na década de 70 ao concorrer como o primeiro candidato a presidente numa chapa de oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo. Participou da fundação do PT e integrou a primeira Executiva Estadual do partido. Em 1982, candidatou-se a deputado estadual, porém não conseguiu se eleger. Em 1984, trabalhou na Petroflex. Presidiu o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Pólo Petroquímico por duas gestões. Também integrou a Executiva Estadual da CUT do Rio Grande do Sul, destacando-se pela promoção de debates sobre o Mercosul. Elegeu-se deputado federal em 1994 e integrou a lista do DIAP, que identifica os cem parlamentares mais atuantes a cada sessão legislativa. Em 1998, foi eleito vice-governador do Estado do Rio Grande do Sul na chapa de Olívio Dutra (PT). Em 2002, concorreu ao mesmo cargo na chapa de Tarso Genro (PT), mas perdeu as eleições.



Atribuições/desafios: reestruturar o INCRA, mudar as linhas de crédito do PRONAF para melhorar o acesso das famílias aos financiamentos, ampliar os assentamentos, dar condições para que cerca de 4,5 milhões de famílias possam plantar e ingressar no cenário econômico e de inclusão social, intensificar o diálogo com os movimentos sociais, estimular o cooperativismo e fortalecer a rede de assistência técnica rural, além de estimular a filiação desses trabalhadores à Previdência Social.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Ministro Guido Mantega

Economista, 53 anos, brasileiro naturalizado. Entre 1973 e 1980, foi membro do Cebrap. É professor de economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio



Vargas desde 1980. Formado em economia na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1971), doutor em sociologia do desenvolvimento na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (1982), com especialização no Institute of Development Countries (IDS) da University of Sussex, Inglaterra, em 1977. Foi professor de economia no curso de mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo entre 1982 e 1989 e vice-reitor adjunto da PUC-SP de 1984 a 87. Durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992), ocupou a diretoria de Orçamento e a chefia de gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo. Em 1989, 1994, 1998 e 2002, participou da coordenação do Programa Econômico do PT. É assessor pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Atribuições/desafios: racionalizar os gastos públicos, inclusive das estatais, promover a integração do planejamento do governo, organizar as finanças públicas, contribuir no combate à miséria, fixar diretrizes para o crescimento econômico, para a desconcentração da renda e a geração de emprego e renda, e propor políticas e diretrizes para modernização do Estado.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Ministro Miro Teixeira (PDT/RJ)

Deputado, 8º mandato, jornalista e advogado, 52 anos, carioca. Elegeu-se deputado federal três vezes consecutivas pelo MDB (1971-1983). Em 1982, candidatou-se ao governo do Rio de Janeiro, mas perdeu para Leonel Brizola. Durante o governo Sarney (1985-1986), ocupou o cargo de secretário-geral do Ministério da Administração. Deputado Constituinte pelo PMDB/RJ (1987-1991), pertenceu à Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de governo e, segundo o DIAP, obteve excelente desempenho. Posteriormente, por quatro legislaturas consecutivas (1991-2007), elegeu-se deputado pelo PDT/RJ. Em 1996, foi candidato a prefeito do Rio de Janeiro, mas não



conseguiu se eleger. Miro Teixeira é independente à liderança de Brizola. Destaca-se por ser ativo em plenário e nos bastidores. É considerado um formador de opinião e bom negociador. Possui grande experiência política e bom trânsito no Congresso Nacional.

Atribuições/desafios: desbloquear os recursos do FUST, facilitar o acesso à internet pelos jovens, inclusive em escolas, hospitais e bibliotecas públicas, repensar o processo de tecnologia da TV digital, recuperar empresas e manter o acesso a linhas telefônicas, colocar os Correios a serviço da inclusão social, rever a carga tributária dos serviços de telecomunicações.

MINISTÉRIO DOS ESPORTES

Ministro Agnelo Queiroz (PCdoB/DF)

Deputado, 3º mandato, médico, baiano, 44 anos. Filiado ao PCdoB desde 1985, elegeu-se deputado distrital em 1991. Presidiu a Associação Brasileira de Médicos Residentes (1985-1986) e dirigiu a Associação Nacional de Médicos Residentes (1988 a 1990). Desde 1995, possui mandato de deputado federal. É considerado ativo no plenário e nas comissões. Bom debatedor e membro da bancada do Distrito Federal, é defensor do repasse de recursos orçamentários para o DF. Atua também como fiscalizador do Poder Público, na defesa dos assalariados, da saúde e da educação pública. É autor da lei de Incentivo ao Esporte (Lei Piva), que destina 2% da renda bruta das loterias federais para os Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros, responsável pelo aumento em vinte vezes do volume de recursos arrecadados. Também é autor de outros projetos de lei relativos ao esporte, ainda em tramitação, tais como o PL 3826/200, que prevê a criação da Bolsa-Atleta, e o PL 2143/1996, que institui benefício fiscal na área de atividades desportivas.



Atribuições/desafios: combate à exclusão social, com políticas de esporte e lazer, especialmente para os jovens; promover parcerias com

igrejas, escolas, forças armadas, ONGs para disponibilizar áreas para a prática sadia do esporte; aprovar a bolsa atleta; promover campanha de divulgação dos benefícios da prática do esporte; combater a violência e o uso de drogas a partir do esporte.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Ministro Anderson Adauto (PL/MG)

Deputado, 1º mandato, advogado, 45 anos, mineiro. Iniciou sua carreira pública, em 1983, como oficial de gabinete da Prefeitura de Uberaba (MG). Entre 1985 e 1986, ocupou o cargo de secretário municipal de Indústria e Comércio da cidade. Durante este período, foi diretor administrativo da Companhia de Desenvolvimento Integrado de Uberaba (Codiub) e membro do Conselho Fiscal da Companhia de Águas de Uberaba (Codaude). Em 1987, foi eleito deputado estadual constituinte pelo PMDB. Elegeu-se deputado estadual mais três vezes consecutivas (1991-2003). Durante os mandatos, foi vice-líder e líder do PMDB, líder da oposição, coordenador do colégio de líderes do PMDB nas Assembléias Legislativas do Brasil e secretário-geral do PMDB (1995-2001). Ligado ao setor agrícola e industrial, trabalhou a favor da inclusão do Triângulo Mineiro na região produtora de cana-de-açúcar. Presidiu a Assembléia Legislativa do Estado em seu último mandato. Filiou-se ao PL em 2001. Em 2002, durante a campanha presidencial, destacou-se pela promoção da aliança entre o PL e o PT em Minas Gerais. Em 2002, foi eleito deputado federal.

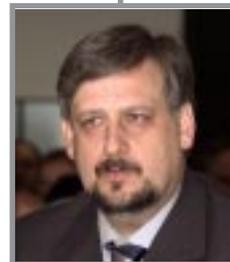


Atribuições/desafios: modernizar o sistema de transportes do país, recuperar as estradas brasileiras, promover a integração intermodal da malha rodoviária e ferroviária com o sistema hidroviário, defender verbas vinculadas ao Ministério, combater a corrupção no setor, principalmente, buscar soluções criativas que reduzam o custo Brasil na área de transportes.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministro Ricardo Berzoini (PT/SP)

Deputado, 2º mandato, bancário, 42 anos, mineiro. É funcionário licenciado do Banco do Brasil e filiado ao PT desde 1980. Presidiu o Sindicato dos Bancários de São Paulo (1984-1988) e a Confederação dos Bancários da CUT. Durante a sua gestão no Sindicato, fundou a Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) e o Projeto Travessia, direcionado à educação de crianças e adolescentes de rua. Foi eleito deputado federal em 1998. Durante a Legislatura 1999-2003, ocupou o cargo de vice-líder do PT na Câmara dos Deputados. Destacou-se por ser bom debatedor e articulador. Participou das negociações dos projetos de lei relacionados à Previdência Complementar e foi autor do projeto que corrigiu a tabela do imposto de renda. Berzoini é membro do Diretório Nacional do PT, participou da coordenação da campanha Lula. Presidiu o Partido na cidade de São Paulo (1999/2000), período no qual Marta Suplicy elegeu-se prefeita da cidade.



Defensor da mini-reforma tributária para desonerar a produção e as exportações, reelegeu-se, em 2002, deputado federal.

Atribuições/desafios: promover a reforma da Previdência do setor público; combater as fraudes e sonegação no regime geral; criar condições para filiação à Previdência Social de metade da População Economicamente Ativa que se encontra na informalidade; e aumentar a eficiência do maior programa social do País.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministro Roberto Amaral Vieira (PSB/RN)

Vice-presidente do PSB, advogado e jornalista, 62 anos, potiguar. Foi vice-presidente da UNE entre 1961 e 1962. Durante a ditadura militar, militou no PCB e no PCBR. Nunca se can-



didatou a um cargo eletivo, mas é um dos principais nomes do PSB. Em 1989, 1994 e 1998 participou da campanha de Lula à Presidência da República. Já em 2002, participou da coordenação da campanha de Anthony Garotinho. Atualmente, preside o Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) e é membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, da *International Sociological Association (ISA)*, da *International Political Science Association (IPSA)* e da *International Association of Judicial Methodology*. É autor de mais de 20 livros de ciência política e direito e editor da revista *Comunicação & Política*.

Atribuições/desafios: ampliar os recursos para investimento em ciência e tecnologia; otimizar, em parceria com o ministério da Educação, os recursos aplicados em ciência e tecnologia; integrar as ações do governo e buscar parcerias com a iniciativa privada na área; planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de ciência e tecnologia, colocando esses conhecimentos e desenvolvimentos a serviço da inclusão social.

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto (PTB/MG)

Engenheiro químico e empresário, 60 anos. Iniciou sua carreira política na Secretaria de Planejamento de Belo Horizonte em 1983. Em 1985, foi nomeado secretário de Desburocratização e Reforma



Administrativa do Estado de Minas Gerais. No ano seguinte, ocupou o cargo de secretário de Ciência e Tecnologia do Estado. Entre 1991 e 1994, exerceu o cargo de secretário de Educação do Estado. Também foi secretário de Planejamento e Coordenação-Geral do Estado (1994-1998). Em 1994, filiou-se ao PTB e foi eleito vice-governador de Minas Gerais na chapa de Eduardo Azevedo. Elegeu-se, em 1998, deputado federal pelo

PTB/MG e foi vice-líder do partido na Câmara. Em 2002, foi um dos coordenadores da campanha de Ciro Gomes à Presidência da República. Foi indicado ao Ministério pelas alianças partidárias do governo Lula.

Atribuições/desafios: criar o primeiro emprego em turismo e atrair divisas para o país, a partir do aumento de três para nove milhões de turistas estrangeiros; incentivar o turismo interno; promover e apoiar campanhas de divulgação do turismo nacional, no País e no exterior; estimular o turismo nas regiões Norte e Nordeste; criar linhas de créditos para ampliar negócios no setor; além de contribuir na meta de geração de emprego do governo.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministro Gilberto Gil (PV/BA)

Músico, baiano, 60 anos. É um dos mais populares cantores e compositores brasileiros. Em 1968, iniciou, juntamente com Caetano Veloso e Torquato Neto, o Tropicalismo. Em 1969, foi preso pela ditadura militar. Após sua prisão, partiu para o exílio na Inglaterra e retornou ao país em 1972. Em 1986, iniciou sua carreira política ocupando o cargo de secretário de Cultura de Salvador. Elegeu-se, dois anos mais tarde, vereador de Salvador pelo PV. Preside a Fundação Onda Azul, organização não-governamental que se dedica ao estudo e conservação dos recursos hídricos. É conhecido por sua militância em prol do meio ambiente.



Após sua prisão, partiu para o exílio na Inglaterra e retornou ao país em 1972. Em 1986, iniciou sua carreira política ocupando o cargo de secretário de Cultura de Salvador. Elegeu-se, dois anos mais tarde, vereador de Salvador pelo PV. Preside a Fundação Onda Azul, organização não-governamental que se dedica ao estudo e conservação dos recursos hídricos. É conhecido por sua militância em prol do meio ambiente.

Atribuições/desafios: promover a integração a partir da cultura; incentivar e apoiar a cultura local e regional; democratizar o acesso aos incentivos à promoção da cultura; aproximar e permitir o acesso do povo mais humilde ao teatro, cinema e música; defender o patrimônio histórico cultural; preservar a cultura e contribuir na demarcação das terras dos quilombos.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ministro *Ciro Gomes (PPS/CE)*

Ex-governador do Ceará, advogado, paulista, 45 anos. Em 1982, candidatou-se a deputado estadual pelo PSD no Ceará, elegendose suplente. No entanto, assumiu a cadeira no início do mandato. Em 1986, foi reeleito pelo PMDB. No ano seguinte, tornou-se líder do Governo na Assembléia. Em 1988, elegeu-se prefeito de Fortaleza e, em 1990, governador do Ceará. Em 1994, ocupou o cargo de ministro da Fazenda. Nas eleições de 1998 e de 2002, candidatou-se à Presidência da República, mas não conseguiu se eleger.



Atribuições/desafios: coordenar os esforços da União, Estados e Municípios para o desenvolvimento nacional, econômico e social; criação de infra-estrutura em favor das populações mais humildes; reforçar a Defesa Civil; explorar em bases racionais os recursos hídricos; combater à seca e à sede no Nordeste; e combater a corrupção no setor.

MINISTÉRIO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL

Ministra *Benedita da Silva (PT/RJ)*

Ex-governadora do Rio de Janeiro, professora, carioca, 60 anos. Presidiu a Associação das Mulheres do Chapéu Mangueira. Dirigiu o Departamento Feminino da FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro) e o Centro de Mulheres de Favela e Periferia. Iniciou sua carreira na política em 1982, quando se elegeu vereadora. Em 1986, foi eleita deputada federal constituinte. Reelegeu-se em 1990. Em 1994, foi eleita senadora. Destacou-se no Congresso por sua atuação em prol das reivindicações dos movimentos sociais, contra a discriminação a mulheres, negros e indígenas e em defesa do meio ambiente. Em 1998, elegeu-se vice-governadora do Rio de Janeiro



na chapa de Antony Garotinho (PSB). Durante o mandato, foi responsável pela administração dos programas sociais do governo. Em 2002, assumiu o governo do Estado devido à renúncia de Anthony Garotinho, que se candidatou à Presidência da República. Candidatou-se, no mesmo ano, ao cargo de governadora do Rio de Janeiro, mas perdeu para Rosinha Garotinho (PSB).

Atribuições/desafios: Presidir o Conselho de Articulação de Programas Sociais, atuar para incluir socialmente os 23 milhões de excluídos que se acham abaixo da linha de pobreza; atualizar os cadastros das pessoas carentes para efeito de garantir assistência; apoiar e coordenar os programas governamentais de assistência social; aprovar os orçamentos do sistema "S" e gerir o Fundo de Assistência e Promoção Social.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME

Ministro *José Graziano*

Engenheiro agrônomo, 52 anos. É professor titular na área de economia agrícola no Instituto de Economia da Unicamp e coordenador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Amigo pessoal do presidente Lula, participou de todas as suas campanhas eleitorais. Em 2001, coordenou a área de agricultura do programa de governo de Lula. Em 2002, fez parte da equipe de transição de governo. É defensor da reforma agrária articulada com o desenvolvimento e apoio à agricultura familiar e da política agrária atrelada às necessidades sociais do país.



Atribuições/desafios: coordenar e executar o programa Fome Zero, uma das principais prioridades do governo; supervisionar as atividades do Programa Comunidade Solidária; cuidar da gestão do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; articular as ações dos demais órgãos de governo no combate à fome; além de estabelecer parceria com a iniciativa privada, especialmente bares e restaurantes.

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Ministro Olívio Dutra (PT/RS)

Ex-governador do Rio Grande do Sul, bancário aposentado, gaúcho, 61 anos. Em 1975, foi eleito presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, reelegendo-se em 1978. Em 1979, liderou a primeira greve de trabalhadores no estado sob a ditadura militar e, por isto, foi preso e teve seu mandato cassado. Foi um dos fundadores da CUT e do PT. Em 1986, elegeu-se deputado federal constituinte e, em 1987, tornou-se presidente nacional do partido. Em 1988, foi eleito prefeito de Porto Alegre e ficou conhecido pela implementação do Orçamento Participativo, promovendo a participação da população na indicação e fiscalização do repasse de recursos públicos. Em 1993, retomou suas atividades como bancário e aposentou-se em 1996. Em 1994, candidatou-se ao governo estadual, mas perdeu as eleições. No ano seguinte, foi eleito presidente do PT no Estado. Em 1998, foi eleito governador do Rio Grande do Sul.



Atribuições/desafios: promover a integração entre o governo federal e os municípios; coordenar a ação governamental nos municípios nas questões sobre habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito; implementar o Conselho de Desenvolvimento Urbano, que poderá se chamar Conselho de Desenvolvimento das Cidades; e incentivar a criação de agências estaduais e municipais de fomento à construção de casas populares.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO

Luiz Gushiken (PT/SP)

Ex-deputado, bancário e administrador, paulista, 52 anos. Foi funcionário do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA (1970-1999) e atuou no movimento sindical paulista. Presidiu



o Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo e fundou a CUT. Foi presidente nacional do PT e, em 1989 e em 1998, coordenou a campanha presidencial do partido. Elegeu-se deputado federal por três vezes consecutivas (1987 a 1998). Em 2002, tornou-se coordenador-adjunto nacional da campanha presidencial do PT e participou como coordenador da equipe de transição do governo Lula. É especialista em Previdência.

Atribuições/desafios: Cuidar da publicidade, da política de comunicação e divulgação social do governo e implementar programas informativos; promover a integração das campanhas de divulgação dos diversos órgãos do governo; analisar, avaliar e formular estratégias de comunicação; bem como desenhar cenários e promover estudos de interesse estratégico da Presidência da República.

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Jorge Armando Félix

General-de-exército, economista, carioca, 62 anos. Com formação na Academia Militar das Agulhas Negras e bacharelado em economia, atuou como general de brigada, chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Terrestres, diretor de Transportes, diretor de Movimentação e secretário de Ciência e Tecnologia. É secretário-executivo do Conselho de Defesa Nacional.



Atribuições/desafios: prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises institucionais, assessorar o presidente em assuntos militares e de segurança, coordenar as atividades de inteligência federal e de segurança da informação e, principalmente, garantir a segurança pessoal do presidente e seu vice, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e de outras autoridades ou personalidade quando determinado pelo presidente da República.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**Francisco Waldir Pires de Souza (PT/BA)**

Ex-deputado, advogado e professor, baiano. Iniciou sua carreira política como secretário de Governo da Bahia (1951-1953). Foi deputado estadual pelo PTB em 1955 e deputado federal pelo PSD em 1959. Em 1963, durante governo João Goulart, assumiu o cargo de consultor-geral da República. Durante a ditadura militar, foi cassado e permaneceu no exílio até 1970, mas somente retornou à Bahia depois da anistia. Em 1984, participou da Campanha pelas Diretas Já. No ano seguinte, ocupou a pasta ministerial da Previdência e Assistência Social. Foi governador da Bahia pelo PMDB entre 1987 e 1989. Elegeu-se deputado federal pelo PDT em 1990 e reelegeu-se em 1998 pelo PT. Waldir Pires é especialista em previdência e em questões jurídicas. Possui uma grande experiência política e destacou-se no Congresso como debatedor e articulador.



Atribuições/desafios: combater a corrupção, promover o controle interno, a auditoria pública, instituir a ouvidoria-geral, além de receber e apurar denúncias relativas a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, podendo acionar o Tribunal de Contas da União, a Secretaria da Receita Federal, os órgãos do Controle Interno do Poder Executivo Federal, e, havendo indício de responsabilidade penal, o Departamento de Política Federal e o Ministério Público.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**Tarso Genro (PT/RS)**

Advogado, gaúcho, 53 anos. Nasceu em São Borja (RS), é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (RS) e especializou-se em direito trabalhis-



ta. Entrou na política como vereador de Santa Maria pelo MDB em 1968. Em 1989, foi eleito vice-prefeito de Porto Alegre e ocupou o cargo de secretário de governo na mesma gestão. No final de 1989, exerceu o mandato de deputado federal. Em 1990, concorreu ao governo do Estado, mas perdeu as eleições. É professor do curso de extensão universitária da Escola de Governo, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro do Diretório Nacional do PT e coordenador do Conselho Político da Frente Democrática e Popular. Elegeu-se prefeito de Porto Alegre em 1992 e em 2000. Em 2002, candidatou-se ao governo do Estado, mas não conseguiu se eleger.

Atribuições/desafios: formulação de políticas públicas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, com participação da sociedade e membros dos três Poderes. Terá como primeiro desafio o debate e formulação da reforma da Previdência.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA**Luiz Soares Dulci (PT/MG)**

Ex-deputado, professor, mineiro, 46 anos. Foi fundador da União de Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (atual Sind-UTE), entidade que presidiu em 1979. Ocupou diversas secretarias dentro do PT e tornou-se deputado federal em 1983. Durante seu mandato, foi presidente da Comissão de Trabalho e Legislação Social e vice-líder do PT. Ocupou o cargo de secretário de Governo (1993-1996) e de Cultura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (1997-1998). Licenciado em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é professor de língua portuguesa desde 1974, tendo trabalhado com educação de adultos em várias escolas e instituições. Preside a Fundação Perseu Abramo de estudos culturais, sociais e políticos, instituída pelo PT. Em 2001, assumiu a Secretária-Geral Nacional do PT. Em 2002, participou da coordenação da equipe de transição do governo Lula.

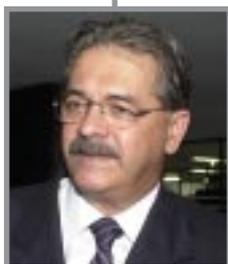


Atribuições/desafios: relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo, além de promover análise de políticas públicas e subsidiar os pronunciamentos do presidente da República.

SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Nilmário Miranda (PT/MG)

Ex-deputado, jornalista, mineiro, 55 anos. Foi militante do grupo político Popolop durante a ditadura, foi preso e teve seus direitos cassados. Trabalhou como jornalista no Sindicato dos Bancários de Minas Gerais e no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim. Em 1980, fez pós-graduação em Ciência Política na UFMG e, em 1982, concluiu no Ciespal, do Equador, o curso de especialização em Comunicação Popular. Destaca-se por sua sólida formação acadêmica e por sua atuação em prol da defesa dos direitos humanos. Foi deputado estadual constituinte e elegeu-se, três vezes consecutivas, deputado federal (1991-2003). Destacou-se, no início dos anos 1990, pela criação e presidência da Comissão Especial Externa sobre os Desaparecidos Políticos, tendo sido um dos responsáveis pela aprovação da lei que indeniza as famílias de desaparecidos políticos. Desde 1997, ocupa a Secretaria Nacional de Direitos Humanos do PT. Foi o fundador e primeiro presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Em 2002, candidatou-se ao governo de Minas Gerais, mas perdeu as eleições.



Atribuições/desafios: Promoção do direito à cidadania, da criança, do adolescente e do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e sua integração à vida comunitária, além de articular e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA A MULHER

Emília Fernandes (PT/RS)

Pedagoga, gaúcha, 52 anos. Ligada ao movimento sindical de professores do Rio Grande do Sul, liderou várias greves e movimentos estaduais e nacional. Iniciou sua carreira política em Sant'Ana do Livramento, onde se elegeu três vezes vereadora. Em 1994, elegeu-se senadora. Durante seu mandato, tornou-se a primeira mulher a presidir uma Comissão Permanente, a de Infra-Estrutura (1999 e 2000). Foi vice-líder do PT, coordenadora da bancada gaúcha do partido, uma das coordenadoras da bancada feminina do Congresso Nacional e presidente do Conselho Parlamentar para o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz.



Atribuições/desafios: promover o combate à violência contra a mulher e incentivar programas para redução das mortes relacionadas à gravidez, estimular e apoiar campanhas educativas e anti-discriminatórias, além de ações para redução da desigualdade.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA

José Fritsch (PT/SC)

Professor, catarinense, 48 anos. Filiado ao PT desde 1983, elegeu-se deputado federal para a Legislatura 1995-1999, renunciando ao mandato para assumir a Prefeitura de Chapecó/SC. Entre 1991 e 1994, presidiu o PT de Santa Catarina. De 1979 a 1987, assessorou a Comissão Pastoral da Terra, na Diocese de Chapecó. Participou da fundação da CUT em 1983 e é ligado ao Movimento dos Sem Terra.



Atribuições/desafios: formular diretrizes e fomentar a produção pesqueira e aquícola, com programas de apoio à pesca artesanal e industrial e sua comercialização, fiscalizar a exploração de nossos rios e costa marítima,

bem como gerar emprego e renda, contribuindo no programa de combate à fome.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Ministro José Viegas Filho

Embaixador, 61 anos. Foi representante do Brasil na Rússia (2001-2002), no Peru (1998-2001) e na Dinamarca (1995-1998). Dentro do Itamaraty, assumiu o posto de cônsul-adjunto nos Estados Unidos e foi responsável pela realização de negócios com Cuba. Especialista em armamentos, destacou-se por sua atuação na negociação do acordo que proíbe o uso de minas terrestres.



Atribuições/desafios: defender a soberania e a integridade territorial, valorizar e modernizar as Forças Armadas, que devem ser “modernas e ágeis, bem equipadas e bem administradas”.

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Ricardo Kotscho

54 anos, jornalista, foi coordenador de comunicação das campanhas de Lula em 1989, 1994 e 2002. É o idealizador das Caravanas da Cidadania, viagens que Lula, acompanhado de assessores e especialistas, realizou entre maio de 1993 e abril de 1994. Kotscho esteve ao lado de Lula percorrendo mais de 30 mil quilômetros e 400 cidades do interior do país. Como jornalista, Kotscho passou por diversos veículos de comunicação do país. No final dos anos 70, foi correspondente do Jornal do Brasil na Alemanha durante dois anos. Cobriu a campanha pelas Diretas Já pela Folha de S. Paulo. Também trabalhou no SBT, CNT, Canal 21, TV Bandeirantes e, mais recentemente, novamente na Folha de S. Paulo.



Anexo II

Para Falar com o Governo Federal

Presidência da República

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva
Praça dos Três Poderes
Palácio do Planalto - 3º andar
Brasília - DF
70150-900
Telefone(s): (061) 411-1200/411-1221
Fax: (061) 411-2222
E-mail: protocolo@planalto.gov.br
Home Page: www.planalto.gov.br

Casa Civil

Ministro Chefe: José Dirceu
Praça dos Três Poderes - Palácio do Planalto - 4º andar
Brasília - DF
70160-900
Telefone(s): (061) 411-1573/411-1935 - Fax: (061) 321-1461
E-mail: casacivil@planalto.gov.br
Home Page: www.planalto.gov.br/casacivil
Chefe de Gabinete: Marcelo Borges Sereno
Telefone: (061) 411-1926
Secretário-Executivo: Swedenberger do Nascimento Barbosa
Telefone: (061) 411-1034

Segurança Institucional

Ministro: Jorge Armando Félix
Praça dos Três Poderes - Palácio do Planalto - 4º andar
Brasília - DF
70160-900
Telefone (s): (061) 411-1117
Fax: (061) 226-2078
E-mail: gsipr@planalto.gov.br
Home Page: www.presidencia.gov.br/gsi
Chefe de Gabinete: Coronel Fernando de Lima Santos
Telefone: (061) 411-1301

Advocacia-Geral da União

Ministro: Álvaro Augusto Ribeiro Costa
SIG Quadra 06 Lote 800 – Departamento de Imprensa

Nacional – 3º andar
Brasília-DF
70610460
Telefone(s): (061) 343-4512 – Fax: 344-0243
Home Page: www.agu.gov.br
E-mail: secretaria-gab.agu@agu.gov.br
Chefe de Gabinete: Esther Filgueira
Telefone: (061) 343-4515

Corregedoria-Geral da União

Ministro: Waldir Pires
SAS Quadra 01 - Bloco A – 8º andar
Edifício Darcy Ribeiro
Telefone(s): (061) 412-7241
Fax: (061) 412-7230
Home Page: www.presidencia.gov.br/cgu
E-mail: cgu@planalto.gov.br
Chefe de Gabinete: Davi Ulisses Brasil Simões Pires
Telefone: (061) 412-7242

Ministério da Agricultura e do Abastecimento

Ministro: Roberto Rodrigues
Esplanada dos Ministérios - Bloco D - 8º andar
Brasília - DF
70043-900
Telefone(s): (061) 218-2800/226-5161
Fax: (061) 225-9046
E-mail: gm@agricultura.gov.br
Home Page: www.agricultura.gov.br
Chefe de Gabinete: Célio Porto
Telefone(s): (061) 321-5498/218-2303 - Fax: (061) 225-4272
Secretário-Executivo: José Amauri Dimarzio
Telefone(s): (061) 224-8098, 226-5240 - Fax: (061) 225-9918

Ministério da Assistência e Promoção Social

Ministra: Benedita da Silva
Esplanada dos Ministérios – Bloco A- 1º andar
Brasília – DF

70.054-900

Telefone(s): (061) 315-1761/323-2868/323-2869

Fax: (061) 224-0324

E-mail: assistencia@df.previdenciasocial.gov.br

Home Page: www.assistencia.gov.br

Chefe de Gabinete: Cícera Bezerra de Morais

Secretário-Executivo: Ricardo Henriques

Ministério da Ciência e Tecnologia

Ministro: Roberto Amaral

Esplanada dos Ministérios - Bloco E – 4º andar

Brasília - DF

70067-900

Telefone(s): (061) 317-7506/317-7508

Fax: (061) 225-7496

E-mail: rosemary@mct.gov.br

Home Page: www.mct.gov.br

Chefe de Gabinete: Carlos Siqueira

Telefone(s): (061) 317-7507

Secretário-Executivo: Wanderley de Souza

Telefone(s): (061) 317-7600

Ministério das Comunicações

Ministro: Miro Teixeira

Esplanada dos Ministérios - Bloco R – 8º andar

Brasília - DF

70044-900

Telefone(s): (061) 311-6201, 225-9723

Fax: (061) 311-6731

E-mail: gabinete@mc.gov.br

Home Page: www.mc.gov.br

Chefe de Gabinete: Andréia Carneiro Sabino Lopes

Telefone(s): (061) 225-9446 e 311-6138 - Fax: (061) 311-6730

Secretário-Executivo: José Guimarães Palácio Neto

Telefone(s): 311-6310, 311-6131 e 311-6214

Fax: (061) 311-6737

Ministério da Cultura

Ministro: Gilberto Gil

Esplanada dos Ministérios - Bloco B - 3º andar

Brasília - DF

70068-900

Telefone(s): (061) 316-2170/ 316-2171

Fax: (061) 225-9162

E-mail: cgm@minc.gov.br

Home Page: www.cultura.gov.br

Chefe de Gabinete: Sérgio Xavier

Telefone(s): (061) 316-2180/316-2179 - Fax: (061) 316-2279

Secretário-Executivo: João Luiz Silva Ferreira

Telefone(s): (061) 316-2090/316-2091/316-2094

Fax: (061) 224-5829

E-mail: juca.ferreira@minc.gov.br

Ministério da Defesa

Ministro: José Viegas Filho

Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 6º andar

Brasília – DF

70.049-900

Telefone(s): (061) 312-8520/312-8525

Fax: (061) 225-4151

E-mail: ministro@defesa.gov.br

Home Page: www.defesa.gov.br

Chefe de Gabinete: Fernando José Marroni de Abreu

Telefone(s): (061) 312-8544 – Fax: (061) 312-4208

Ministério das Cidades

Ministro: Olívio Dutra

Esplanada dos Ministérios – Bloco A – 2º andar

Brasília – DF

70054-900

Telefone(s): (061) 411-4625/411-4621

Fax: (061) 223-5243

E-mail: soniabr@planalto.gov.br

Home Page: www.planalto.gov.br/sedu

Chefe de Gabinete: Dirceu Lopes

Telefone(s): (061) 411-4694

Secretária-Executiva: Ermínia Maricato

Telefone: (061) 411-4929

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ministro: Miguel Rosseto

Esplanada dos Ministérios – Bloco A – 8º andar

Brasília – DF

70054-900

Telefone(s): (061) 223-8076/314-8002/314-8003

Fax: (061) 322-0492

E-mail: miguel.rosseto@mda.gov.br

Home Page: www.desenvolvimentoagrario.gov.br

Chefe de Gabinete: Luiz Felipe Villela Nelsis

Telefone(s): (061) 225-5709/314-8006/314-8007

Fax: (061) 225-5347

Secretário-Executivo: Guilherme Cassel

Telefone: (061) 322-0640/314-8004

Fax: (061) 322-1945

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Ministério: Luiz Fernando Furlan

Esplanada dos Ministérios – Bloco J - 6º andar

Brasília - DF

70053-900

Telefone(s): (061) 329-7001/ 329-7002

Fax: (061) 329-7230

E-mail: gm@mdic.gov.br

Home Page: www.mdic.gov.br

Chefe de Gabinete: Fernando de Magalhães Furlan

Telefone(s): (061) 329-7007 e 329-7008

Fax: (061) 329-7209

Secretário-Executivo: Marcio Fortes de Almeida

Telefone(s): (061) 329-7041 e 329-7042

Fax: (061) 329-7194

Ministério da Educação

Ministro: Cristovam Buarque

Esplanada dos Ministérios - Bloco L – 8º andar

Brasília - DF

70047-900

Telefone(s): (061) 410-8432 e 410-8444

Fax: (061) 410-9233

E-mail: cristovambuarque@educacao.gov.br

Home Page: www.mec.gov.br

Chefe de Gabinete: Osvaldo Russo

Telefone(s): (061) 410-8434/8520 - Fax: (061) 410-9198

Secretário-Executivo: Rubem Fonseca

Telefone(s): (061) 410-8744 - Fax: (061) 223-1297

Ministério dos Esportes

Ministro: Agnelo Queiroz

Esplanada dos Ministérios – Bloco A – 7º andar

Brasília – DF

70.054-900

Telefone(s): (061) 217-1852/217-1861

Fax: (061) 217-1818

E-mail: agnelo.queiroz@met.gov.br

Home Page: www.met.gov.br

Chefe de Gabinete: Eduardo Balduino

Telefone(s): (061) 217-1833/217-1942

Fax: (061) 217-1818

Secretário-Executivo: Francisco Gil Castello Branco Neto

Telefone (s): (061) 217-1850/217-1851

Fax: (061) 217-1808/217-1771

Ministério da Fazenda

Ministro: Antônio Palocci Filho

Esplanada dos Ministérios - Bloco P - 5º andar

Brasília - DF

70048-900

Telefone(s): (061) 412-2515/412-2516

Fax: (061) 412-1721

E-mail: Juscelino.dourado@fazenda.gov.br

Home Page: www.fazenda.gov.br

Chefe de Gabinete: Juscelino Antonio Dourado

Telefone(s): (061) 412-2531/412-2532

Fax: 224-8970

Secretário-Executivo: Bernard Appy

Telefone(s): (061) 412-2466/412-2468

Fax: (061) 412-2483

Ministério da Justiça

Ministro: Márcio Thomaz Bastos

Esplanada dos Ministérios – Bloco T – 4º andar

Brasília - DF

70064-900

Telefone(s): (061) 429-3101/429-3111

Fax: (061) 322-6817

E-mail: gabinetemj@mj.gov.br

Home Page: www.mj.gov.br

Chefe de Gabinete: Sérgio Sérulo da Cunha

Telefone(s): (061) 429-3733/429-3735

Fax: (061) 224-4784

Secretário-Executivo: Luiz Paulo Teles Barreto

Telefone(s): (061) 429-3335/429-3277 - Fax: (061) 321-5172

Ministério da Integração Nacional

Ministro: Ciro Gomes

Esplanada dos Ministérios – Bloco E – 6º andar

Brasília – DF

70067-901

Telefone(s): (61) 414-5801/ 414-5802

Fax: (61) 224-0418

E-mail: ciro.gomes@integracao.gov.br

Home Page: www.integracao.gov.br

Chefe de Gabinete: não nomeado

Telefone(s): (061) 414-5818 – Fax: (061) 321-3122

Secretário-Executivo: Márcio Araújo de Lacerda
 Telefone (s): (061) 414-5802
 Fax: 224-0418

Ministério do Meio Ambiente

Ministra: Marina Silva
 Esplanada dos Ministérios - Bl. B - 5º andar
 Brasília - DF
 70068-900
 Telefone(s): (061) 317-1057, 322-7819 e 317-1289
 Fax: (061) 322-8469
 E-mail: marina.silva@mma.gov.br
 Home Page: www.mma.gov.br
 Chefe de Gabinete: Inah Simonetti Guatura
 Telefone(s): (061) 317-1201
 Fax: (061)321-4887
 Secretário-Executivo: Claudio Roberto Bertoldo Langone
 Telefone(s): (061) 322-8225 e 317-1224 - Fax: (061)322-8215

Ministério de Minas e Energia

Ministra: Dilma Rousseff
 Esplanada dos Ministérios - Bloco U – 7º andar
 Brasília - DF
 70065-900
 Telefone(s): (061)319-5041 e 319-5042
 Fax: (061) 319-5074
 E-mail: deise.ramos@mme.gov.br
 Home Page: www.mme.gov.br
 Chefe de Gabinete: Nelson José Hubner Moreira
 Telefone(s): (061) 319-5011 - Fax: (061) 319-5063
 Secretário-Executivo: Maurício Tiomno Tolmasquim
 Telefone(s): (061) 319-5045 - Fax: (061) 319-5088

Ministério do Planejamento

Ministro: Guido Mantega
 Esplanada dos Ministérios - Bloco K - 7º andar
 Brasília - DF
 70040-906
 Telefone(s): (061) 429-4102/429-4103
 Fax: (061) 225-7287
 E-mail: ministro@planejamento.gov.br
 Home Page: www.planejamento.gov.br
 Chefe de Gabinete: não nomeado
 Telefone(s): (061) 429-4100 - Fax: (061) 225-7287
 Secretário-Executivo: Nelson Machado
 Telefone(s): (061) 429-4300 - Fax: (061) 321-7745

Ministério da Previdência e Assistência Social

Ministério: Ricardo Berzoini
 Esplanada dos Ministérios - Bloco F – 8º andar
 Brasília - DF
 70059-900
 Telefone(s): (061) 317-5150 e 317-5151
 Fax: (061) 317-5407
 E-mail: gm.mpas@df.previdenciasocial.gov.br
 Home Page: www.previdenciasocial.gov.br
 Chefe de Gabinete: Antonio Rodrigues de Sousa Neto
 Telefone(s): (061) 317-5305 - Fax: (061) 317-5407
 Secretário-Executivo: Álvaro Sólton de França
 Telefone(s): (061) 317-5100 - Fax: (061) 224-0565

Ministério das Relações Exteriores

Ministro: Celso Amorim
 Esplanada dos Ministérios - Palácio do Itamaraty
 Brasília - DF
 70170-900
 Telefone(s): (061) 411-6497/411-6498 - Fax: (061) 411-6993
 E-mail: jucinilde@mre.gov.br
 Home Page: www.mre.gov.br
 Chefe de Gabinete: Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira
 Telefone(s): (061) 411-6112/411-6113 - Fax: (061) 411-6993
 Secretário-Geral: Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães
 Telefone(s): (061) 411-6102 e 411-6103 - Fax: (061) 225-2208

Ministério da Saúde

Ministro: Humberto Costa
 Esplanada dos Ministérios - Bloco G – 5º andar
 Brasília - DF
 70058-900
 Telefone(s): (061) 315-2392/315-2393 - Fax: (061) 224-8747
 E-mail: ministro@saude.gov.br
 Home Page: www.saude.gov.br
 Chefe de Gabinete: Antônio Alves
 Telefone(s): (061) 315-2788 – Fax: 315-2680
 Secretário-Executivo: Gastão Wagner
 Telefone(s): (061) 315-2130/315-2133 – Fax: 321-4396

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro: Jaques Wagner
 Esplanada dos Ministérios – Bloco F – 5º andar
 Brasília - DF
 70059-900

Telefone(s): (061) 317-6543
 Fax: (061) 226-9004
 E-mail: ministro@mte.gov.br
 Home Page: www.mte.gov.br
 Chefe de Gabinete: Fernando Rotz Schmidt
 Telefone(s) (061) 317-6525/317-6527 - Fax:(061) 226-3577
 Secretária-Executiva: Sandra Meira Starling
 Telefone(s): (061) 317-6560- Fax: (061) 225-2817

Ministério dos Transportes

Ministro: Anderson Adauto
 Esplanada dos Ministérios - Bloco R – 6° andar
 Brasília - DF
 70044-900
 Telefone(s): (061)311-7881/311-7885 - Fax: (061) 311-7876
 E-mail: joseluizalves@transportes.gov.br
 Home Page: www.transportes.gov.br
 Chefe de Gabinete: José Luiz Alves
 Telefone(s): (061) 311-7005/311-7006 - Fax: (061) 311-7892
 Secretário-Executivo: Keiji Kanashiro
 Telefone(s): (061) 311-7837/311-7838 - Fax: (061) 311-7843

Ministério do Turismo (endereço provisório)

Ministro: Walfrido Mares Guia
 Setor Comercial Norte – Quadra 02 – Bloco G – 3° andar
 Brasília – DF
 70712917
 Telefone(s): (061) 429-7704/429-7705
 Fax: (061) 429-7710
 Secretário-Executivo: Márcio Lucca de Paula

Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

Ministro: José Graziano da Silva
 Esplanada dos Ministérios – Bloco A – 4° andar
 Brasília – DF
 70054900
 Telefone(s): (061) 411-4733/411-4735/411-4710
 Fax: (061) 321-1077
 E-mail: fomezero@planalto.gov.br

Home Page: www.planalto.gov.br/mesa
 Chefe de Gabinete: Carlyle Ramos de Oliveira Vilarinho
 Telefone(s): (061) 411-4733 – Fax: (061) 321-1077
 Secretário-Executivo: Flávio Botelho
 Telefone: (061) 411-4776 – Fax: 322-1388

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Ministra: Emília Fernandes
 Fone: (61) 429-3532
 E-mail: ana.paixão@mj.gov.br

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

Ministro: José Fritsch
 Fone: (61) 218-2855
 E-mail: aresende@agricultura.gov.br

Secretaria-Geral da Presidência da República

Ministro: Luiz Dulci
 Fone: (61) 411-1224 / 411-1225
 E-mail: iraneth@planalto.gov.br

Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica

Ministro: Luiz Gushiken
 Fone: (61) 411-4806
 E-mail: secom@planalto.gov.br

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Ministro: Nilmário Miranda
 Fone: (61) 429-3142
 E-mail: direitoshumanos@direitosgoverno.gov.br

Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Ministro: Tarso Genro
 Fone: (61) 411-2701
 E-mail: crisley@planalto.gov.br ou
 fernandorc@planalto.gov.br

